

HILDON CHAVES | CIRONE DEIRÓ

COLIGAÇÃO: RONDÔNIA, COM A FORÇA DO TRABALHO E DA UNIÃO
FEDERAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA E REPUBLICANOS

PLANO DE GOVERNO 2027-2030



**DE SUL A NORTE.
RONDÔNIA MAIS FORTE.**

CANDIDATO AO GOVERNO DO ESTADO

HILDON DE LIMA CHAVES

CANDIDATO A VICE-GOVERNADOR

ELCIRONE MOREIRA DEIRÓ

PLANO DE GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

ELEIÇÕES 2026 | GESTÃO 2027-2030

GOVERNADOR

Hildon de Lima Chaves

VICE-GOVERNADOR

Elcirone Moreira Deiró

DOCUMENTO

Proposta de Governo

Registro junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos da Lei 9.504/1997, artigo 11, parágrafo 1º, inciso IX.

ABRANGÊNCIA

52 municípios

Estado de Rondônia, população estimada de 1,75 milhão de habitantes.

ESTRUTURA

14 eixos de governo

Organizados em frentes e diretrizes estratégicas, com propostas detalhadas por área.

LOCAL E DATA

Porto Velho, agosto de 2026

Este documento reúne as diretrizes, os programas e as ações propostos para o Governo do Estado de Rondônia no período de 2027 a 2030. Serve de referência para a elaboração do Plano Plurianual (PPA) e para a implementação das políticas públicas estaduais.

NAVEGAÇÃO DO DOCUMENTO

SUMÁRIO

ABERTURA

APRESENTAÇÃO	9
MENSAGEM	11
COMPROMISSO COM OS RONDONIENSES	13
O MOMENTO DE RONDÔNIA	15
OS EIXOS DE GOVERNO	17

EIXOS DE GOVERNO

1. CIDADANIA E COMBATE À CORRUPÇÃO	18
1.1 Diretriz Estratégica I	19

2. SEGURANÇA PÚBLICA	21
2.1 Combater o Crime Organizado com Inteligência, Integração e Tecnologia	23
2.2 Fortalecer e Modernizar as Instituições de Segurança Pública	24
2.3 Valorizar os Profissionais da Segurança Pública	26
2.4 Proteger as Pessoas e Consolidar a Segurança dos Territórios	26
2.5 Ampliar a Presença do Estado e Fortalecer a Prevenção	27
2.1 SEGURANÇA PÚBLICA, SISTEMA PRISIONAL E PENITENCIÁRIO	28
I Modernizar e Fortalecer o Sistema Prisional	29
II Fortalecer a Inteligência e a Segurança Penitenciária	29
III Promover a Ressocialização e Reduzir a Reincidência Criminal	30
2.2 POLÍTICAS DE TRÂNSITO	30
I Modernizar a Gestão e Ampliar a Qualidade dos Serviços de Trânsito	31
II Fortalecer a Segurança Viária e a Prevenção de Acidentes	31
III Promover uma Mobilidade Mais Segura, Eficiente e Sustentável	32
IV Valorizar os Servidores e Fortalecer a Gestão Institucional do DETRAN-RO	33
3. SAÚDE PÚBLICA	35
3.1 Fortalecimento da Rede Hospitalar Estadual	37
3.2 Fortalecimento da Rede Estadual de Atenção à Saúde	39
3.3 Saúde para Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Populações de Difícil Acesso	42

4. EDUCAÇÃO PÚBLICA	44
4.1 Aprendizagem, Qualidade do Ensino e Permanência Escolar	46
4.2 Educação para a Inovação, Tecnologia e o Futuro	47
4.3 Educação Inclusiva, Equidade e Atendimento Especializado	48
4.4 Valorização dos Profissionais da Educação	49
4.5 Escolas Modernas, Seguras e Conectadas	49
4.6 Esporte, Cidadania e Gestão Educacional	50
5. ASSISTÊNCIA SOCIAL	51
5.1 Fortalecimento da Rede Estadual de Proteção Social	53
5.2 Proteção Integral à Infância, Adolescência e Família	53
5.3 Inclusão, Autonomia e Proteção às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	60
5.4 Segurança Alimentar, Inclusão Produtiva e Geração de Oportunidades	61
5.5 Modernização, Capacitação e Inovação na Gestão da Assistência Social	61
5.6 Governança, Integração e Fortalecimento da Rede Socioassistencial	62
5.7 Proteção Integral e Enfrentamento à Violência Contra Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	63
5.9 Proteção, Acolhimento e Atendimento Especializado às Vítimas	64
6. AGROPECUÁRIA E CADEIAS PRODUTIVAS	65
6.1 Infraestrutura, Logística e Competitividade no Campo	67
6.2 Fortalecimento da Agricultura Familiar e das Cadeias Produtivas	68
6.3 Inovação, Tecnologia e Assistência ao Produtor Rural	69
6.4 Bioeconomia, Sustentabilidade e Desenvolvimento Florestal	70
6.5 Agregação de Valor, Certificação e Expansão de Mercados	71

7. INFRAESTRUTURA	73
7.1 Infraestrutura Rodoviária e Integração Regional	75
7.2 Logística Hidroviária, Portuária e Integração Multimodal	76
7.3 Infraestrutura Aeroportuária, Energética e Competitividade	77
7.4 Desenvolvimento Urbano, Mobilidade e Qualidade de Vida	78
7.5 Governança, Planejamento e Modernização da Infraestrutura	79
8. HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	80
8.1 Habitação Digna e Redução do Déficit Habitacional	82
8.2 Regularização Fundiária Urbana e Rural	83
8.3 Planejamento Territorial, Ordenamento do Solo e Gestão de Riscos	84
8.4 Saneamento Básico e Infraestrutura para a Qualidade de Vida	85
8.5 Inteligência Territorial, Governança e Planejamento Integrado	85
9. CULTURA	86
9.1 Valorização da Identidade Rondoniense e do Patrimônio Cultural	88
9.2 Economia Criativa, Empreendedorismo Cultural e Turismo	89
9.3 Formação Cultural, Educação e Democratização do Acesso	90
9.4 Diversidade Cultural, Inclusão e Participação Social	91
9.5 Gestão, Fomento e Fortalecimento da Política Cultural	91
10. ESPORTE E LAZER	94
10.1 Infraestrutura Esportiva e Democratização do Acesso	96
10.2 Esporte Educacional, Formação de Talentos e Inclusão Social	96
10.3 Esporte de Alto Rendimento e Valorização dos Atletas	97
10.4 Esporte Inclusivo, Comunitário e para Todos	97
10.5 Esporte, Qualidade de Vida e Integração Social	98

11. INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	99
11.1 Ambiente de Negócios, Frentes Estratégicas Segurança Jurídica e Competitividade	101
11.2 Industrialização, Competitividade e Agregação de Valor	101
11.3 Comércio Exterior, Logística Empresarial e Internacionalização	102
11.4 Inovação, Tecnologia e Economia Digital	103
11.5 Empreendedorismo, Qualificação Profissional e Emprego	103
11.6 Desenvolvimento Sustentável e Novas Economias	104
12. TURISMO	106
12.1 Estruturação dos Destinos Turísticos	108
12.2 Desenvolvimento dos Produtos Turísticos	108
12.3 Promoção, Marketing e Inteligência Turística	109
12.4 Qualificação Profissional e Fortalecimento do Setor	110
12.5 Governança, Investimentos e Desenvolvimento Sustentável	111
13. DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL	113
13.1 Gestão Ambiental, Segurança Jurídica e Modernização Institucional	115
13.2 Conservação dos Recursos Naturais e Recuperação Ambiental	115
13.3 Bioeconomia, Economia Verde e Produção Sustentável	116
13.4 Educação Ambiental, Ciência e Conhecimento	116
13.5 Mudanças Climáticas e Resiliência Ambiental	117
13.6 Proteção da Fauna, Bem-estar Animal e Biodiversidade	118

14. MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADANIA	119
14.1 Gestão de Pessoas, Valorização do Servidor e Desenvolvimento Institucional	121
14.2 Modernização da Gestão Pública e Eficiência Administrativa	122
14.3 Governo Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação	123
14.4 Transparência, Integridade e Governança Pública	124
14.5 Atendimento ao Cidadão e Simplificação dos Serviços Públicos	124

PLANO TÁTICO, AÇÃO IMEDIATA

100. PLANO TÁTICO DOS 100 PRIMEIROS DIAS	125
O Plano Tático	126
Bloco I Organizar o Governo e Fortalecer a Capacidade de Execução	127
Bloco II Conhecer a Realidade e Colocar as Prioridades em Execução	129
Bloco III Preparar Rondônia para Crescer e Entregar Melhor	133

FECHAMENTO

ENCERRAMENTO	136
---------------------	------------

A numeração das páginas é contínua e corresponde à posição física de cada folha no documento.

DE SUL A NORTE. RONDÔNIA MAIS FORTE.

APRESENTAÇÃO

Rondônia foi construída pelo trabalho, pela coragem e pela determinação de pessoas que escolheram esta terra para viver, produzir, empreender e construir um futuro melhor para suas famílias.

É um Estado de grandes oportunidades, formado por diferentes realidades e vocações, que continua crescendo **graças à força de quem acredita nesta terra.**

Esse crescimento, porém, traz novos desafios. Melhorar a saúde, ampliar a segurança, investir em educação, fortalecer a infraestrutura, apoiar quem produz e preparar Rondônia para as próximas décadas exige mais do que boas intenções. Exige planejamento, capacidade de gestão, responsabilidade com o dinheiro público e experiência para transformar prioridades em resultados.

Ao longo da minha vida pública, aprendi que **nenhum governo conhece sozinho todas as respostas.** Quem conhece Rondônia são as pessoas que vivem sua realidade todos os dias.

Foi por essa razão que decidimos construir este Plano de Governo percorrendo o Estado, ouvindo trabalhadores, produtores rurais, empresários, profissionais da saúde, professores, estudantes, lideranças comunitárias, prefeitos, vereadores e representantes dos mais diversos setores da sociedade.

Cada conversa ampliou nossa compreensão sobre os desafios de Rondônia. Cada município visitado reforçou uma convicção: governar bem começa pela capacidade de compreender a realidade antes de tomar decisões.

Este Plano de Governo nasce dessa trajetória, dessa caminhada pelo Estado e do diálogo construído com a sociedade.

Mais do que um conjunto de propostas, ele apresenta uma forma de governar baseada no planejamento, na responsabilidade fiscal, na eficiência administrativa, na inovação e, principalmente, na capacidade de executar.

Governar um Estado com a dimensão e o potencial de Rondônia exige competência técnica, capacidade de articulação e decisões responsáveis. Exige saber estabelecer prioridades, utilizar corretamente os recursos públicos e **transformar planejamento em resultados concretos** para a população.

Nosso compromisso será manter um diálogo permanente com os municípios, com os Poderes constituídos, com os órgãos de controle, com o Governo Federal, com a iniciativa privada, com as universidades, com os setores produtivos e com a sociedade, porque acreditamos que **as melhores soluções surgem quando há cooperação, responsabilidade e compromisso com o interesse público.**

Este documento traduz nossa visão para o futuro de Rondônia. Uma visão baseada na responsabilidade fiscal, na eficiência administrativa, no combate à corrupção, na transparência, na inovação, na valorização das pessoas, no fortalecimento dos municípios e no desenvolvimento econômico sustentável.

Mais do que apresentar propostas, este Plano reafirma a forma como pretendemos governar: com seriedade, equilíbrio, respeito ao dinheiro público e compromisso permanente com resultados.

Porque administrar bem não significa apenas equilibrar contas. Significa **transformar cada recurso público em mais saúde, mais educação, mais segurança**, mais infraestrutura e mais oportunidades para quem vive em Rondônia.

É esse o compromisso que assumimos.

Governar com responsabilidade.

Planejar com eficiência. Fazer acontecer

DE SUL A NORTE. RONDÔNIA MAIS FORTE.

COMPROMISSO COM QUEM VIVE RONDÔNIA

MENSAGEM

Acreditamos que governar é um ato de confiança.

Governar um Estado é assumir um compromisso diário com a vida das pessoas.

Cada decisão pública influencia a qualidade da saúde, da educação, da segurança, da infraestrutura, da geração de empregos e das oportunidades oferecidas às famílias. Por isso, governar exige responsabilidade, capacidade de planejamento e disposição permanente para transformar recursos públicos em resultados concretos.

É essa visão que orientará nosso Governo.

Acreditamos em uma administração presente, que conheça a realidade dos municípios, dialogue com a sociedade, fortaleça as instituições e trabalhe em cooperação com os demais Poderes, o Governo Federal, os prefeitos, o setor produtivo, as universidades e as organizações da sociedade civil.

Também acreditamos que **desenvolvimento e responsabilidade caminham juntos**. O equilíbrio das contas públicas, a segurança jurídica, a eficiência administrativa e a transparência não são objetivos isolados; são condições indispensáveis para ampliar investimentos, melhorar os serviços públicos e gerar confiança para quem vive, trabalha, produz e investe em Rondônia.

Nosso compromisso é fazer do planejamento um instrumento permanente de gestão. Cada política pública deverá possuir **prioridades claras, metas definidas e acompanhamento contínuo**, permitindo que o Governo avalie resultados, corrija rumos quando necessário e utilize os recursos públicos com responsabilidade.

Sabemos que Rondônia é um Estado de diferentes vocações e realidades. Há desafios comuns, mas também necessidades específicas em cada região. Por isso, governaremos com **visão estadual e presença regional**, buscando soluções que respeitem as características dos municípios e reduzam as desigualdades entre as diferentes partes do território.

Este Plano de Governo reúne diretrizes, programas e compromissos organizados em eixos estratégicos que dialogam entre si. Mais do que um conjunto de propostas, ele representa uma forma de governar baseada na boa gestão, na cooperação institucional, na inovação e na busca permanente por resultados que possam ser percebidos pela população.

Nosso objetivo é construir um Estado mais eficiente, mais competitivo, socialmente mais justo e preparado para os desafios das próximas décadas.

Esse é o compromisso que assumimos com Rondônia.

Governar com responsabilidade.

Planejar com visão de futuro.

Executar com eficiência.

**E trabalhar todos os dias para construir,
de Sul a Norte, uma Rondônia mais forte.**

COMO ESTE PLANO FOI CONSTRUÍDO

COMPROMISSO COM OS RONDONIENSES

Este Plano de Governo é resultado da convicção de que Rondônia conhece seus desafios e também conhece suas oportunidades.

Este Plano de Governo foi construído a partir da premissa de que as boas políticas públicas nascem da combinação entre conhecimento técnico, experiência de gestão e diálogo permanente com a sociedade.

Ao longo da elaboração deste documento, percorremos Rondônia ouvindo pessoas, conhecendo diferentes realidades e identificando os desafios que impactam diariamente a vida da população. Essa escuta foi integrada à análise de indicadores sociais e econômicos, estudos técnicos e experiências exitosas de gestão pública, permitindo transformar demandas da sociedade em prioridades estratégicas para o futuro do Estado.

O resultado é um Plano de Governo orientado por evidências, comprometido com a responsabilidade fiscal e estruturado para ampliar a capacidade de execução do Governo. Mais do que reunir propostas para os próximos quatro anos, este documento apresenta uma visão de Estado.

Uma visão que reconhece Rondônia como **uma das economias mais promissoras do Brasil**, impulsionada pela força do agronegócio e da agricultura familiar, da indústria, da bioeconomia, da inovação, da geração de energia, do comércio e do empreendedorismo.

Ao mesmo tempo, reconhece que esse potencial somente produzirá desenvolvimento duradouro se estiver acompanhado de uma gestão pública eficiente, capaz de planejar, investir, executar e avaliar resultados.

Este Plano organiza as prioridades do futuro Governo em grandes eixos estratégicos, abrangendo áreas essenciais como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda, assistência social, agropecuária, turismo, meio ambiente, cultura, esporte, habitação e modernização da administração pública.

Cada eixo foi estruturado para combinar visão estratégica com capacidade de execução, estabelecendo prioridades claras e ações voltadas à melhoria concreta da vida da população.

Nosso compromisso é fazer do Governo do Estado um parceiro do desenvolvimento de Rondônia.

Um governo que fortaleça os municípios, respeite quem produz, valorize os servidores públicos, promova segurança jurídica, utilize os recursos públicos com responsabilidade e **transforme planejamento em resultados**.

Porque acreditamos que governar não é administrar estruturas. É cuidar das pessoas.

E cuidar das pessoas exige competência para fazer, responsabilidade para decidir e compromisso permanente com o futuro de Rondônia.

O MOMENTO DE RONDÔNIA

Rondônia chega às eleições de 2026 vivendo um momento decisivo de sua história.

O Estado cresceu. Ampliou sua produção, fortaleceu o agronegócio, expandiu sua economia, conquistou novos mercados e consolidou uma das maiores capacidades produtivas da Amazônia brasileira.

Mas esse crescimento econômico não foi acompanhado, na mesma velocidade, pela capacidade do poder público de fazer os serviços essenciais chegarem à população e funcionarem como o cidadão precisa.

E essa diferença aparece na vida real. Quem precisa da saúde enfrenta filas e espera. Quem produz convive com gargalos logísticos. Quem vive nos municípios ainda encontra carências de infraestrutura e serviços públicos. E, em diferentes áreas, o problema não é apenas melhorar aquilo que já existe: é garantir que o básico seja efetivamente entregue, com regularidade, acesso e qualidade.

Recentemente, um amplo diagnóstico elaborado pelos órgãos de controle externo chamou atenção para esse desafio. O documento demonstra que Rondônia reúne condições econômicas favoráveis, mas alerta que os próximos anos exigirão uma gestão pública capaz de **transformar potencial em resultados concretos para a população**, preservando o equilíbrio fiscal e ampliando a capacidade de investimento do Estado.

Essa é uma das principais tarefas do próximo governo.

Fazer o crescimento de Rondônia chegar à vida das pessoas.

Não basta um Estado que produz mais, exporta mais e arrecada mais se o cidadão continua esperando pelo serviço público que deveria receber.

É preciso transformar arrecadação em saúde que atende.

Planejamento em infraestrutura que chega.

Eficiência em serviços que funcionam.

Segurança em presença do Estado.

Desenvolvimento econômico em emprego, renda e oportunidades.

Este Plano de Governo parte de uma convicção: Rondônia tem potencial, recursos e capacidade para avançar muito mais. O que precisa mudar é a capacidade do Estado de transformar essas condições em resultados concretos para a população.

Por isso, a gestão pública está no centro deste projeto.

Não para administrar a rotina.

Mas para definir prioridades.

Fazer o básico funcionar.

Enfrentar o que não funciona.

Executar o que foi planejado.

Medir resultados.

E garantir que cada real público produza mais serviços, oportunidades e qualidade de vida para a população.

ESTRUTURA DO PLANO

OS EIXOS DE GOVERNO

O Plano de Governo está organizado em quatorze eixos. Cada eixo reúne o diagnóstico da área, as frentes e diretrizes estratégicas e as propostas que orientarão a atuação do Governo do Estado entre 2027 e 2030.

01**CIDADANIA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

1 frentes estratégicas | 6 propostas

02**SEGURANÇA PÚBLICA**

12 frentes estratégicas | 37 propostas

03**SAÚDE PÚBLICA**

3 frentes estratégicas | 20 propostas

04**EDUCAÇÃO PÚBLICA**

6 frentes estratégicas | 15 propostas

05**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

8 frentes estratégicas | 37 propostas

06**AGROPECUÁRIA E CADEIAS PRODUTIVAS**

5 frentes estratégicas | 18 propostas

07**INFRAESTRUTURA**

5 frentes estratégicas | 16 propostas

08**HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

5 frentes estratégicas | 11 propostas

09**CULTURA**

5 frentes estratégicas | 16 propostas

10**ESPORTE E LAZER**

5 frentes estratégicas | 7 propostas

11**INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO**

6 frentes estratégicas | 19 propostas

12**TURISMO**

5 frentes estratégicas | 20 propostas

13**DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL**

6 frentes estratégicas | 11 propostas

14**MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADANIA**

5 frentes estratégicas | 19 propostas

EIXO 01

01

CIDADANIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

01 1.1 Diretriz Estratégica I

EIXO 01

CIDADANIA E COMBATE À CORRUPÇÃO

Cada recurso público pertence à população. Por isso, administrar um Estado exige mais do que competência técnica. Exige responsabilidade, integridade e absoluto respeito ao dinheiro de quem trabalha e paga seus impostos.

A corrupção compromete a confiança da sociedade, reduz a capacidade de investimento do Estado e impede que recursos cheguem onde realmente fazem diferença: na saúde, na educação, na segurança, na infraestrutura e nos serviços públicos. **Combater a corrupção, portanto, não é apenas punir irregularidades. É proteger o interesse público, fortalecer as instituições e garantir que cada investimento se transforme em benefícios concretos para a população.**

Ao mesmo tempo, uma gestão íntegra deve alargar a cidadania, assegurar direitos, garantir igualdade de oportunidades e reforçar a participação da sociedade no acompanhamento das ações do Estado. **Nosso compromisso é construir um governo em que boa gestão, transparência e integridade caminhem juntas.**

Um governo que previna irregularidades antes que elas aconteçam, reforce os mecanismos de controle, alargue a transparência e trate cada recurso público como patrimônio da população. **É esse governo que as propostas a seguir descrevem.**

1.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

1.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

PROPOSTAS

1 Consolidar o Programa Estadual de Integridade e Combate à Corrupção

Aprimorar e reforçar os mecanismos de integridade pública, transparência, controle interno, governo aberto, participação social e fiscalização da aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a prevenção, a detecção e o combate à corrupção em toda a administração estadual, com atuação firme e permanente na defesa do interesse público.

2 Ampliar a transparência e o acesso às informações públicas

Reforçar as plataformas digitais e os mecanismos de transparência ativa, garantindo amplo acesso da população às informações públicas, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação, ampliando o controle social e a transparência da administração pública.

3 Expandir as ações itinerantes de cidadania

Ampliar os programas itinerantes de cidadania, levando serviços de documentação, assistência social, saúde e orientação jurídica às populações em situação de vulnerabilidade e às comunidades localizadas em regiões de difícil acesso.

4 Promover a igualdade de oportunidades

Implementar políticas públicas voltadas ao enfrentamento da discriminação racial, religiosa, étnica, de gênero e de todas as demais formas de preconceito, estendendo o acesso aos direitos, reforçando ações educativas e impulsionando uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

5 Combater todas as formas de preconceito

Desenvolver campanhas permanentes de conscientização para promover o respeito à diversidade, firmar a cultura de paz e prevenir todas as formas de discriminação e violência motivadas pelo preconceito.

6 Consolidar a promoção dos direitos humanos

Realizar ações permanentes de promoção e educação em direitos humanos, consolidando o respeito à diversidade, a igualdade de oportunidades e a proteção da dignidade da pessoa humana em todo o Estado.

EIXO 02

02

SEGURANÇA PÚBLICA

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Combater o Crime Organizado com Inteligência, Integração e Tecnologia
- 02 Fortalecer e Modernizar as Instituições de Segurança Pública
- 03 Valorizar os Profissionais da Segurança Pública
- 04 Proteger as Pessoas e Consolidar a Segurança dos Territórios
- 05 Ampliar a Presença do Estado e Fortalecer a Prevenção
- 06 Segurança Pública, Sistema Prisional e Penitenciário
- 07 Modernizar e Fortalecer o Sistema Prisional
- 08 Fortalecer a Inteligência e a Segurança Penitenciária
- 09 Promover a Ressocialização e Reduzir a Reincidência Criminal

EIXO 02

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é um direito de toda a população e uma das responsabilidades mais importantes do Estado. Ela garante o direito de ir e vir, protege a vida, preserva o patrimônio, fortalece o ambiente de negócios e cria as condições necessárias para que as pessoas possam viver, trabalhar, empreender e construir suas famílias com tranquilidade.

Sem segurança, não há desenvolvimento. Não há liberdade. Não há qualidade de vida. Infelizmente, Rondônia vive hoje uma realidade que exige uma resposta firme, planejada e permanente.

Os indicadores mais recentes demonstram o crescimento da violência letal no Estado, impulsionada principalmente pela expansão das organizações criminosas, pelas rotas do tráfico de drogas na faixa de fronteira, pelo aumento dos crimes patrimoniais e pelo avanço da criminalidade em áreas urbanas e rurais. O cenário também preocupa pelo crescimento dos casos de feminicídio e pelo elevado número de descumprimentos de medidas protetivas contra mulheres.

Até poucos anos atrás, Rondônia estava distante da realidade enfrentada por outros estados brasileiros em relação às facções criminosas. Hoje esse cenário mudou. O crime organizado passou a disputar territórios, ampliar sua influência sobre comunidades, utilizar nossas fronteiras como corredores estratégicos para o tráfico de drogas, armas e outros crimes transnacionais, além de ameaçar a tranquilidade das famílias rondonienses.

Essa realidade exige uma nova postura do Estado. Não basta reagir ao crime. É preciso antecipar-se a ele. É preciso investir em inteligência, integrar informações, consolidar a presença das forças de segurança em todo o território estadual e utilizar tecnologia para prevenir a violência antes que ela aconteça.

Ao mesmo tempo, é imperativo valorizar os profissionais da segurança pública, modernizar as instituições, expandir sua capacidade operacional e fortalecer a atuação integrada entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Técnico-Científica, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Penal, Ministério Público, Poder Judiciário, municípios e Governo Federal, respeitando as competências de cada instituição.

Também entendemos que segurança pública não se limita ao enfrentamento da criminalidade. Ela exige a presença do Estado. Exige proteção às mulheres. Exige atenção às comunidades rurais. Exige inteligência nas regiões de fronteira. Exige

preparo para enfrentar novas modalidades criminosas, como os crimes cibernéticos. E exige investimentos permanentes para que nossas instituições acompanhem a evolução da criminalidade.

Assumimos o compromisso de construir uma Política Estadual Integrada de Segurança Pública, orientada por Diretrizes Estratégicas que reforcem a presença do Estado, aproximem as instituições, qualifiquem o combate ao crime organizado, valorizem os profissionais da segurança e protejam as pessoas em todo o território rondoniense.

Queremos um Estado que atue de forma preventiva, utilize a tecnologia como aliada, fortaleça a capacidade de investigação, combata o crime organizado com firmeza e garanta que a população volte a sentir segurança para viver, trabalhar e empreender. Porque segurança pública não se mede apenas pelos índices de criminalidade. Ela se mede pela tranquilidade de uma família ao voltar para casa, pela confiança de um comerciante em abrir seu estabelecimento, pela proteção de uma mulher ameaçada, pela segurança de quem vive e produz no campo e pela certeza de que o Estado está presente onde a população mais precisa.

Diretrizes Estratégicas que organizam esse trabalho: combater o crime organizado, fortalecer as instituições de segurança pública, valorizar os profissionais, proteger as pessoas e ampliar a presença do Estado.

2.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

COMBATER O CRIME ORGANIZADO COM INTELIGÊNCIA, INTEGRAÇÃO E TECNOLOGIA

O enfrentamento da criminalidade exige atuação coordenada entre as instituições, integração de informações, uso intensivo de inteligência policial e investimentos permanentes em tecnologia, ampliando a capacidade do Estado de prevenir, investigar e combater o crime organizado.

PROPOSTAS

1 Integrar inteligência e tecnologia no combate ao crime

Consolidar a atuação integrada das instituições de segurança pública por meio de investimentos em inteligência policial, sistemas de informação, monitoramento eletrônico, tecnologias avançadas e compartilhamento de dados, aumentando a capacidade de prevenção, investigação e enfrentamento ao crime organizado, à violência urbana e rural, ao tráfico de drogas, aos crimes contra o patrimônio, aos crimes cibernéticos, aos crimes ambientais, aos conflitos agrários, à exploração sexual de crianças e adolescentes e às demais modalidades criminosas.

2 Fortalecer a política integrada de segurança pública

Reforçar um modelo permanente de atuação integrada entre os órgãos estaduais, federais e municipais, articulando ações preventivas, ostensivas e investigativas para ampliar a eficiência operacional, reforçar o enfrentamento ao crime organizado e ao tráfico de drogas e garantir maior proteção à população.

3 Fortalecer o combate aos crimes de fronteira

Expandir a integração entre as forças estaduais e os órgãos federais de segurança pública, reforçando operações conjuntas, o compartilhamento de inteligência e o uso de tecnologias voltadas ao enfrentamento do tráfico de drogas, armas e demais crimes transnacionais.

Implantar células avançadas de inteligência e barreiras tecnológicas (leitoras de placas - OCR e portais de monitoramento) em pontos estratégicos de rota de drogas e armas, especialmente na região de fronteira com a Bolívia (com Guajará-Mirim) e divisas estaduais.

4 Asfixiar financeiramente o Crime Organizado

Criar o núcleo de inteligência patrimonial e financeira, integrado à Polícia Civil para focar no sequestro de bens, bloqueio de contas e desmantelamento de empresas de fachada usadas por facções criminosas, indo além da prisão de operadores de menor escalão.

2.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

FORTALECER E MODERNIZAR AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Instituições estruturadas, profissionais valorizados e qualificados, e infraestrutura adequada são condições indispensáveis para aumentar a capacidade operacional das forças de segurança e assegurar respostas mais rápidas, eficientes e integradas à população.

PROPOSTAS

1 Modernizar a infraestrutura da segurança pública

Investir na construção, ampliação, reforma, atualização e reaparelhamento das unidades operacionais e administrativas das forças de segurança, proporcionando melhores condições de trabalho aos profissionais e ampliando a qualidade do atendimento prestado à população.

2 Modernizar e fortalecer a Polícia Civil

Consolidar a Polícia Civil por meio da ampliação do efetivo, realização de concursos públicos, renovação administrativa, incorporação de novas tecnologias, reforço da inteligência policial, capacitação permanente dos servidores e expansão das unidades especializadas, incluindo as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e as Delegacias de Repressão aos Crimes Cibernéticos.

3 Convocar os aprovados no concurso da Polícia Civil

Realizar o Curso de Formação da Polícia Civil e promover a nomeação dos candidatos aprovados no último concurso público, reduzindo o déficit de efetivo e fortalecendo a capacidade operacional da instituição.

4 Modernizar e fortalecer a Polícia Militar

Ampliar a capacidade operacional da Polícia Militar por meio da renovação da infraestrutura, incorporação de tecnologias, valorização profissional, realização de concursos públicos, descentralização das ações operacionais e reforço das unidades regionais.

5 Modernizar a Polícia Técnico-Científica

Reforçar a perícia oficial mediante investimentos em laboratórios especializados, equipamentos tecnológicos, descentralização regional, qualificação permanente dos profissionais e atualização dos processos periciais, expandindo a produção de provas técnicas e a eficiência das investigações.

6 Fortalecer o Corpo de Bombeiros Militar

Modernizar a estrutura operacional do Corpo de Bombeiros Militar, estendendo sua capacidade de prevenção e resposta a emergências, por meio da aquisição de equipamentos, expansão das unidades operacionais, reforço da Defesa Civil, capacitação permanente e incorporação de novas tecnologias.

7 Manter a modernização permanente das instituições de segurança pública

Instituir uma política permanente de atualização tecnológica das instituições de segurança pública, com investimentos contínuos em equipamentos, sistemas de inteligência, drones, plataformas de monitoramento, armamentos, munições e demais recursos destinados ao reforço da capacidade operacional das forças estaduais.

8 Reestruturar o quadro de efetivo da Polícia Militar

Realizar os cursos de formação e promoção previstos na carreira militar, aumentando o quadro de vagas e promovendo a adequada distribuição do efetivo entre oficiais e praças, de acordo com as necessidades operacionais e administrativas da corporação e a legislação vigente.

2.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA

A proteção da sociedade depende da valorização daqueles que atuam diariamente na defesa da população. O Governo promoverá políticas voltadas à qualificação, ao bem-estar e às condições adequadas de trabalho dos profissionais da segurança pública.

PROPOSTAS

1 Implantar a política estadual de saúde mental dos profissionais da segurança pública

Instituir programas permanentes de atenção psicossocial destinados aos profissionais da segurança pública, garantindo acompanhamento psicológico, ações preventivas, acolhimento especializado e suporte às suas famílias.

2.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

PROTEGER AS PESSOAS E CONSOLIDAR A SEGURANÇA DOS TERRITÓRIOS

A atuação do Estado deve alcançar quem mais precisa de proteção, expandindo políticas especializadas para as mulheres, fortalecendo a segurança no campo e assegurando presença efetiva nas diferentes realidades do território rondoniense.

PROPOSTAS

1 Expandir a Patrulha Maria da Penha

Ampliar e consolidar o Programa Patrulha Maria da Penha em todo o Estado, assegurando o acompanhamento das medidas protetivas, prevenindo a reincidência da violência doméstica e reforçando a rede de proteção às mulheres.

2 Estruturar e regionalizar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

Atualizar, estender e regionalizar as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), expandindo gradualmente sua cobertura territorial e qualificando o atendimento humanizado às vítimas de violência.

3 Expandir a segurança pública no meio rural

Fortalecer o policiamento rural, estendendo a presença das forças de segurança no campo por meio do uso de tecnologias de monitoramento, georreferenciamento e inteligência policial, assegurando maior proteção às famílias, aos produtores rurais e ao patrimônio.

2.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

AMPLIAR A PRESENÇA DO ESTADO E FORTALECER A PREVENÇÃO

A segurança pública também se constrói pela proximidade entre as instituições e a população. O fortalecimento do policiamento preventivo e comunitário aumenta a confiança da sociedade, previne a violência e reforça a presença permanente do Estado.

PROPOSTAS

1 Recriar o policiamento comunitário

Implantar programas permanentes de policiamento comunitário, consolidando a aproximação entre as forças de segurança e a população, incentivando ações preventivas, a participação da comunidade e a construção de uma cultura de paz.

2 Consolidar o patrulhamento ostensivo

Expandir os investimentos em viaturas, armamentos, equipamentos, sistemas de comunicação e tecnologias operacionais, firmando a presença das forças policiais e a capacidade de resposta nas áreas urbanas, rurais e de fronteira.

SUBEIXO 2.1

SEGURANÇA PÚBLICA, SISTEMA PRISIONAL E PENITENCIÁRIO

O sistema prisional exerce um papel estratégico na segurança pública. Quando funciona com eficiência, fortalece a capacidade do Estado de combater a criminalidade, interrompe a atuação das organizações criminosas, garante o cumprimento da legislação e cria condições para reduzir a reincidência criminal.

Por outro lado, um sistema penitenciário fragilizado expande os riscos para toda a sociedade. A superlotação das unidades, a deficiência estrutural, a insuficiência de efetivo, a atuação das organizações criminosas no ambiente prisional e as limitações das políticas de ressocialização comprometem a segurança dentro e fora dos estabelecimentos penais.

Em Rondônia, o sistema prisional é composto por 47 unidades e abriga aproximadamente 14.690 pessoas privadas de liberdade. Enfrenta desafios relacionados à ampliação e modernização da infraestrutura, ao reforço da segurança institucional, à valorização dos policiais penais e dos demais profissionais do sistema, bem como à expansão das políticas de educação, saúde, qualificação profissional e reinserção social.

A evolução das organizações criminosas também exige uma nova forma de gestão do sistema penitenciário. Não basta ampliar vagas. É necessário fortalecer a inteligência penitenciária, investir em tecnologia, modernizar os mecanismos de controle, aperfeiçoar a gestão das unidades e integrar permanentemente as ações do sistema prisional às estratégias estaduais de segurança pública.

Ao mesmo tempo, compreendemos que a execução da pena deve contribuir para a proteção da sociedade e para a construção de oportunidades que reduzam a reincidência criminal. A oferta de educação, trabalho, qualificação profissional e acompanhamento psicossocial durante o cumprimento da pena reforça o processo de ressocialização e amplia as possibilidades de reinserção social após o retorno à liberdade.

Queremos um sistema prisional atual, seguro, ágil e humanizado, capaz de proteger a sociedade, valorizar seus profissionais, impedir a atuação das organizações criminosas e sustentar políticas que contribuam para reduzir a reincidência criminal. **As Diretrizes Estratégicas deste eixo tratam de reforçar a gestão penitenciária, renovar a infraestrutura, valorizar os profissionais, firmar a segurança institucional e expandir as políticas de ressocialização e reintegração social.**

DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

MODERNIZAR E FORTALECER O SISTEMA PRISIONAL

Um sistema prisional estruturado é condição essencial para garantir a segurança institucional, assegurar o cumprimento da legislação, aumentar a capacidade operacional do Estado e criar condições para reduzir a reincidência criminal.

PROPOSTAS

1 Modernizar e fortalecer o sistema prisional

Implementar políticas públicas voltadas a atualizar a infraestrutura penitenciária, contemplando a construção, ampliação, reforma e adequação das unidades prisionais, a melhoria das condições sanitárias, o fortalecimento da segurança institucional e a expansão da capacidade instalada, observadas as necessidades do sistema penitenciário estadual.

Promover, de forma integrada, ações de educação, qualificação profissional, assistência à saúde, atendimento psicossocial, trabalho prisional e ressocialização, contribuindo para a redução da reincidência criminal e para a reintegração social dos egressos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

FORTALECER A INTELIGÊNCIA E A SEGURANÇA PENITENCIÁRIA

A modernização do sistema penitenciário exige o uso permanente de tecnologia, inteligência e inovação para prevenir ilícitos, combater a atuação das organizações criminosas e elevar a eficiência da gestão prisional.

PROPOSTAS

1 Modernizar o monitoramento das unidades prisionais

Realizar investimentos permanentes em tecnologias de segurança e inteligência penitenciária, incluindo sistemas de videomonitoramento, reconhecimento facial, drones, equipamentos eletrônicos de vigilância, controle de acesso e ferramentas digitais de gestão, fortalecendo a prevenção de ilícitos, o combate às organizações criminosas e a segurança das unidades prisionais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

PROMOVER A RESSOCIALIZAÇÃO E REDUZIR A REINCIDÊNCIA CRIMINAL

A política penitenciária deve combinar segurança, responsabilização e oportunidades de reconstrução de trajetórias, ampliando as condições para que o cumprimento da pena contribua para a reintegração social e para a redução da reincidência criminal.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a justiça restaurativa e a reinserção social

Reforçar programas de justiça restaurativa e reintegração social destinados às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional, promovendo educação, qualificação profissional, assistência psicossocial e oportunidades de inserção no mercado de trabalho, contribuindo para a redução da reincidência criminal e para a construção de uma política penitenciária orientada pela segurança pública e pela inclusão social.

SUBEIXO 2.2

POLÍTICAS DE TRÂNSITO

A segurança no trânsito representa uma das mais importantes políticas públicas de preservação da vida. Mais do que disciplinar a circulação de veículos e pedestres, a política de trânsito deve promover mobilidade segura, acessível e eficiente, reduzindo acidentes, preservando vidas e reforçando a convivência harmoniosa entre todos os usuários das vias públicas.

Em Rondônia, o crescimento da frota de veículos, a expansão urbana e o aumento da circulação nas rodovias estaduais e federais exigem investimentos permanentes em educação para o trânsito, fiscalização, atualização tecnológica, infraestrutura viária e aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

As ações voltadas à segurança viária devem estar alinhadas às diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro e ao Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), priorizando políticas preventivas, educação permanente, inovação tecnológica e reforço da cultura de respeito à vida. **Construiremos uma política estadual de trânsito que preserve vidas, previna acidentes, incorpore inovação, dê agilidade à administração e construa uma mobilidade cada vez mais segura, atual e acessível para toda a população.**

As Diretrizes Estratégicas deste eixo tratam de atualizar a gestão pública, reforçar a segurança viária, melhorar a infraestrutura e formar uma cultura permanente de educação para o trânsito.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

MODERNIZAR A GESTÃO E AMPLIAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRÂNSITO

Um sistema de trânsito moderno exige serviços públicos eficientes, acessíveis e inovadores, capazes de oferecer atendimento de qualidade à população e acompanhar a evolução tecnológica da mobilidade.

PROPOSTAS

1 Modernizar os serviços do DETRAN

Impulsionar a renovação administrativa e tecnológica do Departamento Estadual de Trânsito, com investimento em inovação, digitalização de serviços, simplificação de procedimentos, melhoria do atendimento ao cidadão, revitalização das unidades e aperfeiçoamento dos processos administrativos, proporcionando maior eficiência, transparência e qualidade na prestação dos serviços públicos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

FORTALECER A SEGURANÇA VIÁRIA E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES

A redução dos acidentes depende da combinação entre educação, fiscalização, inovação e estímulo à adoção de boas práticas por todos os usuários das vias públicas.

PROPOSTAS

1 Instituir incentivos à segurança no trânsito

Desenvolver políticas públicas que estimulem a condução responsável por meio da criação de incentivos destinados a condutores e empresas que mantenham histórico positivo de segurança viária, observada a legislação aplicável.

2 Fortalecer a educação para o trânsito

Ampliar programas permanentes de educação para o trânsito, promovendo campanhas de conscientização, ações educativas nas escolas, capacitação de condutores e incentivo à formação de uma cultura de respeito às normas de circulação, à convivência harmoniosa no trânsito e à preservação da vida.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

PROMOVER UMA MOBILIDADE MAIS SEGURA, EFICIENTE E SUSTENTÁVEL

A política estadual de trânsito deve incentivar soluções que ampliem a segurança, melhorem a mobilidade urbana e promovam o desenvolvimento sustentável em parceria com os municípios.

PROPOSTAS

1 Incentivar a renovação e modernização da frota

Articular políticas públicas destinadas à renovação gradual da frota de veículos, estimulando a substituição de veículos antigos por modelos mais seguros, ágeis e ambientalmente sustentáveis, observadas as competências legais e os instrumentos de incentivo econômico disponíveis.

2 Estruturar o transporte coletivo e a mobilidade sustentável

Fomentar políticas públicas voltadas a reforçar o transporte coletivo, impulsionando investimentos em tecnologia, acessibilidade, segurança operacional e agilidade dos serviços. A proposta contempla ainda o incentivo à utilização de modais sustentáveis e soluções inovadoras de mobilidade urbana, contribuindo para a redução dos impactos ambientais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

3 Incentivar a melhoria da infraestrutura viária municipal

Estruturar a cooperação entre Estado e municípios para apoiar ações voltadas à melhoria da infraestrutura viária, à engenharia de tráfego, à sinalização e à implementação de medidas destinadas à redução de acidentes, observando critérios técnicos, planejamento integrado e boas práticas de gestão da mobilidade urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

VALORIZAR OS SERVIDORES E FORTALECER A GESTÃO INSTITUCIONAL DO DETRAN-RO

A qualidade dos serviços de trânsito passa pela valorização e capacitação dos servidores responsáveis por sua execução, dentro das possibilidades técnicas, legais e orçamentárias do Estado.

PROPOSTAS

1 Apoiar a autonomia institucional do DETRAN-RO

Buscar meios de fortalecer a capacidade de gestão financeira, administrativa e patrimonial do DETRAN-RO, dentro dos limites legais aplicáveis à administração pública estadual.

2 Atualização do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR)

Avaliar, em diálogo com a categoria, propostas de atualização do PCCR, observada a disponibilidade orçamentária e os limites da responsabilidade fiscal.

3 Avaliar incentivos para atividades de Segurança Viária

Estudar formas de reconhecimento aos profissionais que exercem atividades finalísticas de Segurança Viária, respeitados os limites legais e orçamentários.

4 Incentivar a formação e melhoria das condições de trabalho

Apoiar iniciativas de formação continuada, incluindo a AcadeVia, além de buscar melhorias nas condições de trabalho e nos equipamentos utilizados pelos servidores, conforme a disponibilidade de recursos.

5 Valorizar o quadro efetivo nas atividades finalísticas

Buscar, sempre que possível, o fortalecimento do quadro efetivo nas atividades finalísticas do DETRAN-RO, respeitadas as normas de pessoal vigentes.

6 Modernizar a fiscalização e a estrutura operacional

Incentivar a fiscalização inteligente e a inovação tecnológica aplicadas à Segurança Viária, conforme viabilidade técnica e orçamentária.

7 Integrar a Segurança Viária às demais políticas públicas

Buscar maior articulação entre a Segurança Viária e as áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e mobilidade.

8 Ampliar, na medida do possível, a educação para o trânsito e a inclusão social

Apoiar a continuidade de programas de educação para o trânsito, inclusão social e formação cidadã, como a CNH Social, observada a sustentabilidade financeira do órgão.

9 Defender as competências institucionais do DETRAN-RO

Atuar, nos foros estadual e nacional, em defesa das competências do órgão, buscando a participação técnica dos servidores nos debates sobre legislação de trânsito.

10 Manter canal de diálogo com os servidores

Manter espaço de diálogo institucional com os servidores do DETRAN-RO e suas entidades representativas.

EIXO 03

03

SAÚDE PÚBLICA

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

-
- 01 Fortalecimento da Rede Hospitalar Estadual
 - 02 Fortalecimento da Rede Estadual de Atenção à Saúde
 - 03 Saúde para Povos Originários, Comunidades Tradicionais e Populações de Dificil Acesso
-

EIXO 03

SAÚDE PÚBLICA

A saúde pública é um direito fundamental do cidadão e uma das maiores responsabilidades do Estado. É nos momentos de maior vulnerabilidade que a população espera encontrar uma rede pública preparada para oferecer atendimento rápido, humanizado e resolutivo. Garantir esse atendimento significa proteger vidas, reduzir desigualdades e promover qualidade de vida em todas as regiões de Rondônia.

Nos últimos anos, a crescente demanda por consultas, exames, cirurgias, leitos hospitalares e serviços especializados passou a pressionar toda a rede estadual de saúde. Ao mesmo tempo, problemas históricos de gestão, infraestrutura insuficiente para a demanda, concentração de serviços e dificuldades na descentralização destes serviços comprometem a capacidade de resposta do sistema, aumentando o tempo de espera e dificultando o acesso da população.

A situação do Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II, referência em trauma de média e alta complexidade, simboliza esse desafio. Há décadas, Rondônia aguarda uma solução definitiva para uma unidade que opera acima de sua capacidade, tornando a construção do Novo João Paulo II uma prioridade absoluta para reorganizar a assistência hospitalar do Estado.

Entretanto, a melhora da saúde pública necessita de organização da rede de atendimento, modernização da gestão, regionalização dos serviços, incorporação de novas tecnologias, valorização dos profissionais e fortalecimento da atenção à saúde, garantindo que o cidadão tenha acesso ao atendimento adequado no momento em que dele precisar.

A população necessita de uma rede de saúde estratégica, articulada, resolutiva e humanizada, que reforce o atendimento, ampliando o acesso aos serviços públicos com atendimento de qualidade a todas as regiões de Rondônia.

3.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

FORTALECIMENTO DA REDE HOSPITALAR ESTADUAL

Garantir atendimento hospitalar digno, seguro e resolutivo é uma das maiores responsabilidades do Estado. Em Rondônia, o crescimento da demanda por serviços de média e alta complexidade, associado às limitações da infraestrutura existente, tornou a ampliação e a modernização da rede hospitalar uma prioridade inadiável.

Nenhum outro equipamento público simboliza tanto esse desafio quanto o Hospital e Pronto-Socorro João Paulo II.

Há décadas, Rondônia convive com a expectativa da construção de uma nova unidade hospitalar capaz de substituir uma estrutura que já não responde às necessidades da população. Ao longo desse período, projetos foram anunciados, compromissos assumidos e expectativas renovadas, sem que a solução definitiva fosse entregue aos rondonienses. Esse ciclo precisa chegar ao fim.

Por isso, a construção do Novo Hospital e Pronto-Socorro de alta complexidade será prioridade do nosso Governo.

Mais do que uma obra pública, será um dos investimentos mais importantes para reorganizar toda a rede estadual de urgência e emergência, ampliar a capacidade de atendimento, oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais da saúde e devolver dignidade aos pacientes e às suas famílias.

Essa estratégia também contemplará investimentos em infraestrutura, equipamentos, inovação tecnológica, extensão da capacidade instalada e qualificação da gestão hospitalar, consolidando uma rede pública mais moderna, eficiente e preparada para atender às necessidades de Rondônia.

PROPOSTAS

1 Novo Hospital e Pronto-Socorro de Alta Complexidade

Construir um Hospital moderno, com tecnologia avançada e preparado para atender à crescente demanda por serviços de urgência e emergência. A proposta contempla infraestrutura compatível com a complexidade dos atendimentos, organização ágil dos fluxos assistenciais, classificação de risco, equipes multiprofissionais qualificadas e gestão orientada pela eficiência, qualidade e segurança do paciente.

2 Novo Hospital em Ji-Paraná

A iniciativa busca reestruturar a regionalização da saúde e criar um polo de atendimento de média e alta complexidade no município de Ji-Paraná.

3 Hospital Regional em Ariquemes

A construção do Novo Hospital Regional de Ariquemes busca reestruturar a regionalização da saúde no Vale do Jamari e garantir o atendimento daquela população de forma mais rápida e humanizada.

4 Ampliar e modernizar a rede estadual de hospitais

Promover investimentos destinados à ampliação, reforma e adequação tecnológica das unidades hospitalares estaduais existentes, ampliando a capacidade de leitos, exames, procedimentos especializados e atendimento de média e alta complexidade, com foco na redução das filas e na melhoria da qualidade assistencial.

Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro (HBAP)

Centro de Referência em Medicina Tropical de Rondônia (Cemetron)

Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD)

Policlínica Osvaldo Cruz (POC)

Hospital de Retaguarda de Rondônia (antigo Regina Pacis)

5 Construir, concluir, reformar, ampliar e equipar hospitais regionais

Destinar investimentos para construção, reformas estruturais, ampliação da capacidade instalada e atualização tecnológica dos hospitais regionais do estado, ampliando a oferta de serviços especializados no interior e reduzindo o deslocamento de pacientes para a capital.

3.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

FORTALECIMENTO DA REDE ESTADUAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

Uma rede pública de saúde eficiente precisa funcionar de forma integrada, assegurando que o cidadão tenha acesso ao atendimento certo, no tempo certo e o mais próximo possível de onde vive.

Em um Estado com as dimensões territoriais de Rondônia, estruturar a rede estadual de saúde significa ampliar a capacidade de resposta do sistema em todas as regiões, reduzindo desigualdades, descentralizando serviços especializados e integrando os diferentes níveis de atenção.

Essa estratégia será desenvolvida por meio do fortalecimento dos municípios na regionalização da assistência especializada, da ampliação da telemedicina, da modernização da assistência farmacêutica, da qualificação permanente dos profissionais de saúde e da organização de linhas de cuidado que garantam maior continuidade do atendimento ao cidadão.

PROPOSTAS

1 Ampliar e consolidar a regionalização da rede pública de saúde

Fortalecer a descentralização dos serviços de saúde por meio da atuação integrada com os municípios, promovendo a ampliação, modernização e qualificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS), contribuindo para reduzir a sobrecarga da rede estadual e ampliar o acesso da população aos serviços de atenção primária nas macrorregiões.

2 Fortalecer o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)

Apoiar os municípios para aumentar a capacidade operacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência por meio da renovação da frota, aquisição de equipamentos, capacitação permanente das equipes e aperfeiçoamento dos protocolos de atendimento pré-hospitalar, garantindo maior eficiência, rapidez e segurança no atendimento às urgências e emergências, junto ao Ministério da Saúde.

3 Ampliar a utilização da telemedicina

Expandir a utilização da telemedicina como ferramenta estratégica para aumentar o acesso aos atendimentos especializados, reduzindo deslocamentos, ampliar a rede de apoio diagnóstico e integrar os diferentes níveis de atenção à saúde, especialmente nas regiões de difícil acesso.

4 Ampliar a oferta de serviços especializados por meio de parcerias institucionais

Utilizar a estratégia de parcerias públicas-privadas e demais instrumentos legalmente previstos, para ampliar a oferta de consultas, exames, procedimentos e serviços especializados, observados os princípios da legalidade, agilidade e interesse público.

5 Fortalecer a capacitação permanente dos profissionais da saúde

Instituir programas de educação permanente destinados aos profissionais da saúde, impulsionando atualização técnico-científica, qualificação dos protocolos assistenciais, reforço da segurança do paciente e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

6 Fortalecer o diagnóstico precoce e a linha de cuidado do paciente

Estruturar políticas públicas voltadas ao diagnóstico precoce, à organização da linha de cuidado e à continuidade do atendimento, assegurando maior integração entre atenção primária, média e alta complexidade, reduzindo o tempo de espera e aumentando a resolutividade da assistência.

7 Garantir o funcionamento eficiente do Programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD)

Manter e melhorar o Programa de Tratamento Fora do Domicílio, assegurando aos pacientes o acesso aos serviços especializados indisponíveis em seu município de residência, garantindo transporte, hospedagem, alimentação e acompanhamento, conforme a legislação vigente.

8 Fortalecer a atenção materno-infantil em cooperação com os municípios

Desenvolver ações integradas com os municípios destinadas ao acompanhamento das gestantes, especialmente das classificadas como de alto risco, reforçando o pré-natal, o atendimento especializado e a integração entre atenção básica, média e alta complexidade, contribuindo para a redução da mortalidade materna e infantil.

9 Descentralizar a oferta de exames de média e alta complexidade

Fortalecer a regionalização da rede laboratorial para a realização de exames especializados, reduzindo deslocamentos, diminuindo filas de espera e elevando a capacidade de atendimento em todas as regiões do Estado.

10 Modernizar a assistência farmacêutica estadual

Implementar um sistema integrado de gestão da assistência farmacêutica, promovendo maior eficiência na aquisição, armazenamento, distribuição e controle de medicamentos, assegurando abastecimento regular das unidades de saúde e acesso contínuo da população aos medicamentos essenciais.

11 Modernizar, ampliar e regionalizar os serviços especializados de Doenças Crônicas

Atualizar e racionalizar os serviços especializados voltados ao atendimento de pessoas com doenças crônicas (disfunções do trato urinário, de origem neurológica, ostomizados e outras), estendendo o acesso ao tratamento especializado em diferentes regiões do Estado.

12 Fortalecer a saúde da pessoa idosa e a linha de cuidado às demências

Estruturar a atenção integral à saúde da pessoa idosa, fortalecendo prevenção, diagnóstico precoce, tratamento, reabilitação e acompanhamento das condições associadas ao envelhecimento, com atenção especial às demências, à doença de Alzheimer e aos transtornos cognitivos. Organizar linha de cuidado integrada entre Atenção Primária, serviços especializados, saúde mental e rede hospitalar, ampliando progressivamente o acesso regional à avaliação geriátrica, neurológica e multiprofissional, inclusive por telemedicina, além da orientação e apoio às famílias e cuidadores.

3.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

SAÚDE PARA POVOS ORIGINÁRIOS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E POPULAÇÕES DE DIFÍCIL ACESSO

Garantir o direito à saúde significa assegurar que nenhum cidadão seja privado de atendimento em razão da distância, da localização geográfica ou das características culturais da comunidade em que vive.

Em Rondônia, as dimensões territoriais do Estado e a diversidade de seus povos impõem desafios específicos para a organização da assistência à saúde. Populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas e demais comunidades tradicionais vivem, muitas vezes, em regiões remotas, onde o acesso aos serviços públicos exige soluções diferenciadas, planejamento permanente e forte integração entre os entes federativos.

Embora a assistência à saúde indígena seja coordenada pelo Governo Federal, compete ao Estado atuar de forma complementar e cooperativa, fortalecendo a integração da rede pública de saúde, ampliando o acesso aos serviços especializados e apoiando os municípios na construção de respostas mais eficientes para essas populações.

O Estado apoiará o atendimento nas regiões de difícil acesso. Para isso, serão reforçadas as ações de fortalecimento da atenção primária, o uso de tecnologias em saúde, a qualificação permanente das equipes multiprofissionais, sempre com respeito às especificidades culturais, territoriais e sociais de cada município e comunidade.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a Atenção Primária à Saúde das populações tradicionais e de difícil acesso

Fortalecer ações integradas entre o Estado, os municípios e o Governo Federal para ampliar o acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, fortalecendo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, a vacinação, o acompanhamento das famílias e o atendimento contínuo às populações indígenas, ribeirinhas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

2 Qualificar e ampliar as equipes multiprofissionais de saúde

Fortalecer a educação permanente de equipes multiprofissionais para atuar em regiões de difícil acesso, valorizando o atendimento humanizado, o respeito às especificidades culturais e a integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde.

3 Expandir a política estadual de atendimento itinerante em saúde

Fomentar o atendimento itinerante junto aos municípios e Governo Federal por meio da utilização de unidades móveis terrestres e fluviais, embarcações de saúde e demais estruturas adequadas às características geográficas do Estado, garantindo maior presença dos serviços públicos de saúde nas comunidades de difícil acesso.

Reforçar a utilização da telemedicina e de outras tecnologias de saúde digital para garantir o acesso às consultas especializadas, ao apoio diagnóstico e ao acompanhamento clínico, reduzindo deslocamentos e promovendo maior integração da rede estadual de saúde.

EIXO 04

04

EDUCAÇÃO PÚBLICA

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Aprendizagem, Qualidade do Ensino e Permanência Escolar
- 02 Educação para a Inovação, Tecnologia e o Futuro
- 03 Educação Inclusiva, Equidade e Atendimento Especializado
- 04 Valorização dos Profissionais da Educação
- 05 Escolas Modernas, Seguras e Conectadas
- 06 Esporte, Cidadania e Gestão Educacional

EIXO 04

EDUCAÇÃO PÚBLICA

A educação é a política pública com maior capacidade de transformar vidas. É por meio dela que crianças e jovens ampliam oportunidades, desenvolvem seu potencial, constroem autonomia e se preparam para participar do desenvolvimento econômico e social de Rondônia.

Investir em educação é investir no futuro das pessoas e do Estado.

Rondônia ainda enfrenta desafios relacionados à qualidade da aprendizagem, à evasão escolar, à formação profissional dos jovens, à valorização dos profissionais da educação e à modernização da infraestrutura das escolas. Superar esses desafios exige mais do que aumentar investimentos: exige gestão eficiente, combate ao desperdício de dinheiro público, planejamento de longo prazo e compromisso permanente com resultados.

Nosso compromisso é garantir que cada estudante tenha acesso a uma escola preparada para ensinar, acolher, desenvolver talentos e criar oportunidades para a vida. Isso significa fortalecer a aprendizagem desde os primeiros anos da educação, reorganizar e ampliar o acesso à educação em tempo integral, integrar tecnologia ao processo pedagógico, aproximar a escola do mercado de trabalho e promover uma educação inclusiva, inovadora e conectada às vocações econômicas de Rondônia.

Nenhum Estado alcança desenvolvimento sustentável sem investir na formação de sua população. Por isso, a educação será tratada como política estratégica de desenvolvimento humano, inovação, inclusão social e geração de oportunidades para as próximas gerações.

Nosso compromisso é construir uma educação pública atual, ágil e orientada por resultados, valorizando professores, reforçando a gestão educacional e assegurando que cada estudante tenha condições de aprender, permanecer na escola e construir seu projeto de vida.

As Frentes Estratégicas para alcançar esses objetivos tratam de melhorar a aprendizagem, valorizar os profissionais da educação, renovar as escolas, preparar os estudantes para o futuro e reforçar a gestão educacional.

4.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

APRENDIZAGEM, QUALIDADE DO ENSINO E PERMANÊNCIA ESCOLAR

A melhoria da educação começa pela aprendizagem. Garantir que cada estudante aprenda no tempo certo, desenvolva plenamente suas competências e permaneça na escola deve ser o principal objetivo da política educacional. Para isso, será necessário um pacto com os municípios para reforçar a alfabetização, elevar o desempenho dos estudantes, reduzir a evasão escolar e ampliar oportunidades de desenvolvimento integral, assegurando que a escola seja um ambiente de conhecimento, acolhimento e construção de projetos de vida.

PROPOSTAS

1 Consolidar a qualidade da educação básica em parceria com os municípios

Implementar políticas públicas voltadas à melhoria contínua da aprendizagem, com foco na alfabetização na idade certa, na elevação dos indicadores educacionais, na redução da evasão escolar, no enfrentamento da distorção idade-série e no fortalecimento do desempenho dos estudantes nas avaliações estaduais e nacionais.

2 Expandir a educação em tempo integral

Expandir gradativamente a oferta da educação em tempo integral, priorizando regiões de maior vulnerabilidade social e promovendo o desenvolvimento acadêmico, esportivo, cultural, tecnológico e cidadão dos estudantes.

3 Incentivar a permanência dos estudantes na escola

Desenvolver ações integradas voltadas ao enfrentamento da evasão escolar, fortalecendo o acompanhamento pedagógico, o apoio psicossocial, a orientação educacional e a participação das famílias no processo de aprendizagem.

4.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

EDUCAÇÃO PARA A INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E O FUTURO

A transformação digital está mudando a forma de aprender, ensinar e produzir conhecimento. Preparar as novas gerações para esse cenário exige incorporar tecnologias ao ambiente escolar, fortalecer as competências digitais de estudantes e professores e utilizar a inovação como instrumento para melhorar a aprendizagem, estender o acesso ao conhecimento e preparar os jovens para as profissões do futuro.

Nosso compromisso é fazer da inovação uma aliada permanente da educação, colocando a tecnologia a serviço da qualidade do ensino, da inclusão e do desenvolvimento humano.

PROPOSTAS

1 Incentivar a inovação e a transformação digital na educação

Promover a incorporação de tecnologias educacionais, plataformas digitais, recursos pedagógicos inovadores e ambientes virtuais de aprendizagem, reforçando a inclusão digital, apoiando a formação tecnológica de estudantes e professores e utilizando ferramentas digitais para elevar a qualidade do ensino, melhorar o desempenho escolar e abrir as oportunidades de aprendizagem.

2 Fortalecer a educação profissional e tecnológica

Aumentar a oferta da educação profissional e tecnológica em parceria com instituições públicas, privadas e com o Sistema S e outras instituições, alinhando a formação às vocações econômicas regionais, às demandas do mercado de trabalho e às novas competências exigidas pela **economia digital**.

3 Ampliar parcerias para o desenvolvimento educacional

Estreitar parcerias entre Estado, municípios, universidades, institutos de pesquisa, setor produtivo e organizações da sociedade civil para impulsionar inovação, pesquisa aplicada, intercâmbio de conhecimento e melhoria contínua da educação pública.

4 Faculdade do Governo

Este é um compromisso do nosso governo com a juventude rondoniense e com a construção de um futuro de mais oportunidades. Nenhum jovem deve ter seu sonho de cursar o ensino superior interrompido por falta de condições financeiras ou de acesso.

Inspirados no sucesso do Programa Faculdade da Prefeitura, implantado em Porto Velho e responsável por ampliar o acesso ao ensino superior para milhares de estudantes, vamos criar a Faculdade do Governo, um programa que levará oportunidades aos jovens dos 52 municípios de Rondônia.

Nosso compromisso é democratizar o acesso à educação superior, formar profissionais qualificados, gerar desenvolvimento para os municípios e garantir que o talento dos nossos jovens encontre oportunidades sem precisar deixar Rondônia.

4.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUIDADE E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Uma educação de qualidade é aquela que reconhece as diferenças, elimina barreiras à aprendizagem e assegura que todos os estudantes tenham oportunidades reais de desenvolver seu potencial. Promover a inclusão é garantir atendimento especializado, equipes preparadas e ambientes escolares acessíveis, acolhedores e comprometidos com o desenvolvimento de cada aluno.

PROPOSTAS

1 Consolidar a educação inclusiva

Garantir políticas públicas voltadas à inclusão educacional dos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, assegurando atendimento especializado, acessibilidade, acompanhamento multiprofissional e respeito à diversidade.

2 Concurso público para ampliação do quadro de profissionais especializados

Realizar concurso público para ampliar as equipes multiprofissionais da rede estadual de ensino, com a contratação de psicólogos, psicopedagogos, neuropsicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais, fortalecendo o atendimento aos estudantes e o apoio às escolas.

4.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A valorização dos profissionais da educação é condição indispensável para elevar a qualidade do ensino. Investir na formação continuada, no aperfeiçoamento profissional e na melhoria das condições de trabalho significa fortalecer toda a rede pública de ensino e criar melhores condições para o desenvolvimento dos estudantes.

PROPOSTAS

1 Valorizar os profissionais da educação

Conduzir políticas permanentes de valorização dos profissionais da educação, reforçando os planos de carreira, a formação continuada, a qualificação profissional, a melhoria das condições de trabalho e o reconhecimento do mérito, observadas a legislação vigente e a responsabilidade fiscal.

4.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

ESCOLAS MODERNAS, SEGURAS E CONECTADAS

A escola deve ser um ambiente acolhedor, seguro e preparado para responder às necessidades da educação contemporânea. Investir em infraestrutura significa criar espaços adequados para o aprendizado, estender o acesso à tecnologia e proporcionar melhores condições para estudantes e profissionais da educação.

PROPOSTAS

1 Modernizar a infraestrutura das unidades escolares

Aumentar investimentos destinados à construção, reforma, ampliação, climatização, manutenção e renovação das unidades escolares estaduais, garantindo ambientes seguros, acessíveis, inclusivos e tecnologicamente preparados para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

4.6 DIRETRIZ ESTRATÉGICA VI

ESPORTE, CIDADANIA E GESTÃO EDUCACIONAL

A formação dos estudantes vai além do currículo escolar. Esporte, cidadania, participação da comunidade e gestão eficiente fortalecem o ambiente escolar, ampliam oportunidades e contribuem para reduzir a evasão, desenvolver talentos e formar cidadãos preparados para a vida em sociedade.

PROPOSTAS

1 Programa Bolsa Atleta Estudante

Criar programa voltado ao incentivo do esporte nas escolas, utilizando a prática esportiva como instrumento de permanência escolar, desenvolvimento de talentos e formação cidadã, com implantação de centros de treinamento em escolas de tempo integral e concessão de bolsas de incentivo aos estudantes-atletas.

2 PROERD nas escolas estaduais

Expandir a parceria entre a Polícia Militar de Rondônia e a rede estadual de ensino para reforçar ações de prevenção às drogas, à violência, promoção da cultura de paz, cidadania e responsabilidade social entre os estudantes.

3 Gestão educacional

Implementar mecanismos modernos de planejamento, monitoramento e avaliação da política educacional, utilizando indicadores de desempenho para orientar decisões, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a eficiência dos investimentos em educação.

4 Programa de integração da comunidade com as escolas públicas

Instituir programa de participação comunitária nas escolas estaduais, incentivando o trabalho voluntário em atividades de apoio escolar, inclusão educacional, manutenção e fortalecimento do ambiente escolar, com auxílio para transporte e alimentação, fortalecendo os vínculos entre escola, família e comunidade.

EIXO 05

05

ASSISTÊNCIA SOCIAL

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Fortalecimento da Rede Estadual de Proteção Social
- 02 Proteção Integral à Infância, Adolescência e Família
- 03 Inclusão, Autonomia e Proteção às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade
- 04 Segurança Alimentar, Inclusão Produtiva e Geração de Oportunidades
- 05 Modernização, Capacitação e Inovação na Gestão da Assistência Social
- 06 Governança, Integração e Fortalecimento da Rede Socioassistencial
- 07 Proteção Integral e Enfrentamento à Violência Contra Pessoas em Situação de Vulnerabilidade
- 08 II Proteção, Acolhimento e Atendimento Especializado às Vítimas

EIXO 05

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social representa a presença do Estado ao lado das pessoas e das famílias que mais necessitam de proteção, acolhimento e oportunidades para superar situações de vulnerabilidade. Mais do que garantir benefícios ou prestar serviços, essa política pública tem a missão de fortalecer vínculos familiares e comunitários, proteger direitos e promover autonomia, inclusão social e dignidade humana.

Em Rondônia, milhares de famílias convivem diariamente com desafios relacionados à pobreza, à insegurança alimentar, à violência doméstica, ao abandono, à deficiência, ao envelhecimento, à exclusão social e às dificuldades de acesso aos serviços públicos. Crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades tradicionais e outros grupos em situação de vulnerabilidade demandam respostas cada vez mais integradas e eficientes do poder público.

Essas diferentes realidades demonstram que a vulnerabilidade social é dinâmica e multifacetada. Por isso, a atuação do Estado não pode ser fragmentada nem limitada a ações emergenciais. É necessário consolidar uma rede de proteção social capaz de prevenir situações de risco, oferecer atendimento especializado, impulsionar inclusão produtiva e assegurar que cada cidadão tenha acesso aos serviços públicos de forma humanizada, ágil e eficiente.

Esse compromisso exige uma atuação integrada entre assistência social, saúde, educação, segurança pública, habitação, qualificação profissional e geração de oportunidades, estreitando a cooperação entre Estado, municípios e sociedade civil organizada. Também exige o uso da tecnologia, de sistemas de informação e de diagnósticos sociais que permitam planejar políticas públicas com base em evidências e direcionar os investimentos para as regiões e populações que mais necessitam da presença do Estado.

Assumimos o compromisso de firmar uma rede estadual de proteção social articulada e resolutiva, orientada pela dignidade da pessoa humana, pela inclusão social e pela redução das desigualdades, para que nenhuma família enfrente sozinha os momentos de maior vulnerabilidade.

Entre as principais frentes estratégicas para alcançar esse objetivo destacamos a necessidade de reforçar a proteção social, assegurar direitos, abrir caminhos de inclusão produtiva, qualificar o atendimento especializado e atualizar a gestão da assistência social.

5.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

FORTALECIMENTO DA REDE ESTADUAL DE PROTEÇÃO SOCIAL

A proteção social constitui a principal missão da assistência social. Reforçar a rede de atendimento significa ampliar a capacidade do Estado de prevenir situações de vulnerabilidade, acolher famílias, proteger direitos e oferecer atendimento humanizado em todas as regiões de Rondônia. Para isso, será necessário modernizar equipamentos públicos, qualificar os serviços socioassistenciais e estreitar a articulação entre Estado, municípios e demais instituições que integram o Sistema Único de Assistência Social.

PROPOSTAS

- 1 Reforçar e atualizar os Conselhos Tutelares.**
- 2 Fortalecer os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).**
- 3 Renovar a infraestrutura dos CRAS e CREAS.**
- 4 Consolidar, em regime de cooperação com os municípios, os serviços de acolhimento institucional destinados a crianças e adolescentes.**
- 5 Implantar programa permanente de capacitação dos profissionais dos CRAS integrados aos programas estaduais.**

5.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

PROTEÇÃO INTEGRAL À INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

A proteção da infância e da adolescência exige atuação integrada, preventiva e especializada. Garantir atendimento qualificado às crianças, aos adolescentes e às suas famílias significa firmar políticas públicas capazes de assegurar desenvolvimento saudável, proteção de direitos, inclusão social e apoio permanente às famílias em situação de vulnerabilidade.

PROPOSTAS

- 1 Implementar programa de atenção especial às crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).**
- 2 Expandir a contratação de multiprofissionais para atuação na rede de proteção à infância e à adolescência.**

3 Promover qualificação profissional para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

4 Implantar unidades especializadas destinadas ao atendimento de adolescentes com uso de substâncias psicoativas.

5 Mutirão de Consultas Especializadas.

Institucionalização permanente do modelo "Mutirão de Consultas Especializadas" para pessoas com deficiência-PcD e crianças com suspeita de neurodesenvolvimento atípico (TEA, TDAH, DI, paralisia cerebral e doenças raras), ampliando o escopo piloto realizado pelo CERO em 2023 para uma política sistemática e abrangente em todo o estado.

- ☐ Realizar mutirões trimestrais no CERO com chamada ativa a partir do SISREG, priorizando crianças em fila há mais de 6 meses.
- ☐ Firmar convênio com escolas de medicina e programas de residência médica para ampliar a oferta de neuropediatras e psiquiatras infanto-juvenis no estado.
- ☐ Capacitar pediatras da Atenção Básica (UBS) para triagem precoce de sinais de TEA e encaminhamento qualificado, reduzindo referências desnecessárias ao CERO.
- ☐ Criar fluxo de regulação prioritário para diagnóstico de deficiência em crianças de 0 a 6 anos, com tempo máximo de espera de 90 dias para consulta especializada.
- ☐ Incluir outras especialidades críticas nos mutirões: oftalmologia pediátrica, audiologia e ortopedia infantil.

6 Programa Estadual de Saúde Mental para Cuidadores e Famílias Atípicas

Criação de programa com atendimento psicológico e psiquiátrico por telemedicina, prioritariamente para cuidadores principais de PcD (mães, pais, responsáveis).

- ☐ Contratar, via processo seletivo simplificado, equipe de psicólogos e assistentes sociais para atendimento remoto síncrono (videochamada).
- ☐ Desenvolver protocolo de triagem de saúde mental aplicável na Atenção Básica para identificar cuidadores em sofrimento psíquico e encaminhá-los ao programa.
- ☐ Oferecer grupos de apoio online mensais por diagnóstico (TEA, Síndrome de Down, paralisia cerebral, TDAH), com facilitação por psicólogo.
- ☐ Parceria com cursos de Psicologia do IES de Rondônia (UNIR, FIMCA e outros) para estágio supervisionado nos atendimentos, ampliando capacidade a custo reduzido.

7 Programa de Treinamento Parental

Programa estruturado para famílias de PcD, com foco em TEA, TDAH e Deficiência Intelectual, capacitando pais e cuidadores com técnicas baseadas em evidências (ABA, comunicação aumentativa, manejo comportamental) para ampliar a eficácia do cuidado cotidiano e reduzir a dependência exclusiva do atendimento clínico especializado.

- ☐ Oferecer o treinamento em três modalidades: presencial em Porto Velho e municípios-polo (Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena); semipresencial (encontros quinzenais); e online assíncrono para o interior.
- ☐ Contratar empresa especializada para formar multiplicadores: cuidadores formados no programa poderão atuar como facilitadores de novos grupos, ampliando a rede de atendimento e possibilitando geração de renda, escalando o alcance.

8 Revisão dos Critérios de Elegibilidade nos Programas Sociais

Revisão dos critérios de elegibilidade e priorização nos programas sociais do Governo do Estado para reconhecer o impacto econômico real da deficiência sobre o núcleo familiar, indo além do critério exclusivo de renda per capita.

- ☐ Instituir, por decreto estadual, um Índice de Vulnerabilidade diferenciado para famílias atípicas para uso nos programas da SEAS-RO: além da renda, o índice pondera número de PcD na família, grau de suporte necessário e ausência de cuidador remunerado.
- ☐ Aplicar o índice nos programas de habitação, distribuição de cesta básica e bolsas de assistência estudantil, garantindo reserva de cotas para famílias atípicas.
- ☐ Criar o "Passe Livre Atípico Estadual": isenção de tarifas em transporte intermunicipal para PcD e seu acompanhante, viabilizando acesso a serviços de saúde nos municípios-polo.
- ☐ Promover articulação com prefeituras para adoção do índice em programas municipais via protocolo de cooperação técnica.

9 Fortalecimento do Ecossistema de Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

Fortalecimento do ecossistema de OSCs que atuam com PcD e famílias atípicas em Rondônia, por meio de chamamentos públicos estruturados, capacitação em gestão e monitoramento de resultados, substituindo repasses pontuais por parcerias estratégicas de médio prazo.

- ☐ Lançar chamamento público anual específico para OSCs de PcD, com linha de fomento dedicada, administrada pela SEAS-RO.
- ☐ Priorizar OSCs que oferecem: atendimento terapêutico especializado, grupos de apoio, treinamento parental, transporte solidário e atividades de vida diária (AVD).
- ☐ Exigir, como contrapartida obrigatória, relatório semestral de metas assistenciais vinculado à renovação do fomento.
- ☐ Oferecer capacitação em gestão financeira, elaboração de projetos e compliance para as OSCs parceiras, fortalecendo sua sustentabilidade.

- ☐ Criar cadastro estadual unificado de OSCs de PcD, com mapa público de cobertura por município, identificando vazios assistenciais.

10 Expansão de Cursos Profissionalizantes para PcD no IDEP-RO

Expansão e estruturação de trilha específica de cursos profissionalizantes para PcD no Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (IDEP-RO), com adaptações de acessibilidade, acompanhamento especializado e articulação com empregadores para efetiva inserção no mercado de trabalho.

- ☐ Criar dentro do IDEP uma Coordenação de Acessibilidade e Inclusão Profissional, responsável por adaptar metodologias, material didático e ambientes para diferentes tipos de deficiência.
- ☐ Desenvolver trilha de cursos prioritários para PcD com alta empregabilidade em Rondônia, após análise de demanda no mercado.
- ☐ Garantir recursos de acessibilidade nas turmas.
- ☐ Firmar convênio com SINE-RO e entidades empresariais (FIERO, CDL, ACIL) para banco de vagas reservadas para egressos PcD do IDEP, articulando com a fiscalização da Lei de Cotas.

11 Empreendedorismo para Famílias Atípicas

Programa de fomento ao empreendedorismo para famílias atípicas, reconhecendo que muitos cuidadores, especialmente mães, abandonam o emprego formal para cuidar de sua PcD e precisam de alternativas de geração de renda flexíveis, compatíveis com a rotina de cuidado. A proposta combina capacitação, microcrédito e visibilidade comercial.

12 Formação Continuada para Professores da Rede Estadual

Instituir programa de formação continuada para professores da rede estadual no atendimento de alunos com deficiência e neurodesenvolvimento atípico.

Capacitar o professor é o investimento de maior multiplicação dentro do sistema educacional.

A capacitação deverá priorizar dois módulos integrados:

- ☐ Módulo 1, Manejo de Crises Comportamentais: técnicas de desescalada, comunicação não violenta e protocolos de segurança em sala de aula.
- ☐ Módulo 2, Adaptação Curricular: diferenciação pedagógica, recursos de tecnologia assistiva e elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI).

13 **Cláusula de Transferência de Tecnologia nas Capacitações**

Contratação de capacitação especializada realizada pelo Governo do Estado incluindo cláusula obrigatória de Transferência de Tecnologia (TT).

O modelo tradicional de contratação de treinamentos cria dependência permanente: a cada novo ciclo, o estado precisa contratar o mesmo fornecedor pelos mesmos valores, sem acumular capacidade interna. A Transferência de Tecnologia inverte essa lógica: o estado paga uma vez pela metodologia e pelo capacitador de capacitadores, e passa a replicar o conhecimento internamente com custo marginal próximo de zero.

A cláusula exigirá que o fornecedor entregue ao estado: metodologia documentada, material didático em licença aberta para uso institucional, formação de formadores locais e suporte técnico para replicação autônoma. O objetivo é que Rondônia se torne independente do fornecedor original em até dois ciclos de contratação. Modelos de TT são amplamente utilizados em aquisições públicas de tecnologia e saúde (ex.: acordos PDP do Ministério da Saúde) e têm amparo na Lei de Licitações (Lei 14.133/2021, art. 6º, inciso XIX).

14 **Centro Multidisciplinar de Terapias e Fortalecimento do CERO**

Criação de um Centro Multidisciplinar de Terapias vinculado ao Centro de Reabilitação de Rondônia (CERO), unificando em um único espaço físico as especialidades hoje fragmentadas ou inexistentes na rede pública, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, fisioterapia neurofuncional, psicopedagogia e musicoterapia, para atendimento contínuo de crianças, jovens e adultos com transtornos de neurodesenvolvimento e deficiências físicas, sensoriais e intelectuais.

- ☐ Estruturar o centro em módulo anexo ou ala dedicada do CERO, aproveitando a estrutura física, administrativa e de regulação (SISREG) já existente, evitando nova burocracia.
- ☐ Compor equipe fixa multiprofissional com carga horária dedicada a terapia contínua (não apenas avaliação pontual), com metas de atendimentos/mês por especialidade.
- ☐ Criar protocolo de terapia intensiva precoce (0 a 6 anos) com prioridade de fila, período em que a intervenção tem maior custo-efetividade.
- ☐ Implantar prontuário eletrônico único de evolução terapêutica, permitindo que a família não repita avaliações a cada novo profissional ou município.
- ☐ Instalar unidades satélites itinerantes (equipe volante) para atendimento periódico nos municípios-polo (Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Ariquemes), reduzindo a necessidade de deslocamento até Porto Velho.
- ☐ Firmar parceria com cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional das IES de Rondônia (UNIR, FIMCA e outras) para estágio supervisionado, ampliando capacidade de atendimento a custo reduzido, no mesmo modelo já previsto para Psicologia na Ação 6.

- ❑ Instituir sala de estimulação sensorial e sala de tecnologia assistiva (comunicação alternativa, órteses, adaptações) dentro do centro, com empréstimo de equipamentos às famílias.

15 Linha de Cuidado Estadual para Doenças Raras

Estruturação de uma linha de cuidado estadual para pessoas com doenças raras (genéticas e não genéticas), alinhando a rede de Rondônia à Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras.

- ❑ Credenciar o CERO (ou hospital de referência estadual) como Serviço de Atenção Especializada em Doenças Raras junto ao Ministério da Saúde, captando o incentivo financeiro federal já previsto na política.
- ❑ Criar cadastro estadual de pacientes com doenças raras, permitindo dimensionar a demanda real e priorizar investimentos.
- ❑ Estabelecer fluxo de referência e contrarreferência com centros de excelência em genética médica fora do estado (telemedicina para acompanhamento, viagem apenas quando estritamente necessária).
- ❑ Garantir prioridade de acesso a medicamentos de alto custo e insumos especiais dentro da Assistência Farmacêutica do estado, com regulação transparente e prazos definidos.
- ❑ Capacitar equipes da Atenção Básica para reconhecimento de sinais de alerta de doenças raras, reduzindo o tempo médio até o diagnóstico (hoje frequentemente superior a anos).

16 Acessibilidade e Saúde Específica para Pessoas com Nanismo

Inclusão de diretrizes específicas de acessibilidade arquitetônica e acompanhamento ortopédico especializado para pessoas com nanismo (acondroplasia e displasias esqueléticas correlatas), reconhecendo que suas necessidades de acessibilidade diferem do padrão adotado para cadeirantes ou baixa visão.

- ❑ Incluir critérios de altura ajustável (balcões de atendimento, guichês, caixas eletrônicos em prédios públicos) nas normas técnicas de acessibilidade adotadas em novas construções e reformas do governo estadual.
- ❑ Criar linha de encaminhamento prioritário para acompanhamento ortopédico e neurológico de pessoas com displasias esqueléticas dentro da linha de cuidado de doenças raras, já que o nanismo de origem genética se enquadra nesse eixo.
- ❑ Orientar escolas da rede estadual sobre adaptações simples de mobiliário (mesas, bebedouros, sanitários) para alunos com nanismo, dentro do módulo de adaptação curricular.

17 **Atenção Integral à Pessoa com Síndrome de Down**

Estruturação de linha de cuidado específica para pessoas com Síndrome de Down, cobrindo triagem cardiológica precoce, estimulação e inclusão escolar, em articulação com a legislação federal já em vigor e com o projeto de Política Nacional em tramitação no Congresso.

- ☐ Instituir protocolo de triagem cardiológica obrigatória e prioritária para recém-nascidos com diagnóstico ou suspeita de Síndrome de Down, dado o alto índice de cardiopatias congênitas associadas.
- ☐ Incluir a Síndrome de Down como prioridade de encaminhamento para o Centro Multidisciplinar de Terapias, com ênfase em estimulação precoce entre 0 e 3 anos.
- ☐ Fortalecer parceria com associações já atuantes (como referências locais de pais e amigos de pessoas com Down).
- ☐ Aproveitar a data já instituída em lei federal, 21 de março, Dia Nacional da Síndrome de Down, para campanhas anuais de conscientização e balanço público das metas estaduais de atendimento.
- ☐ Garantir, na trilha profissionalizante do IDEP, adaptações metodológicas específicas para deficiência intelectual leve a moderada, ampliando as vagas de empregabilidade real para pessoas com Down.

5.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

INCLUSÃO, AUTONOMIA E PROTEÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A construção de uma sociedade mais justa exige políticas públicas capazes de impulsionar autonomia, inclusão e qualidade de vida às pessoas que enfrentam maiores desafios sociais. O fortalecimento das ações voltadas às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e aos grupos em situação de vulnerabilidade amplia oportunidades, reduz desigualdades e fortalece a cidadania.

PROPOSTAS

- 1 Fortalecer as políticas públicas voltadas à pessoa idosa.**
- 2 Criar Centro Regionalizado de Referência para a Pessoa Idosa.**
- 3 Ampliar programas de qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social e pessoas com deficiência.**
- 4 Implantar Centros Inclusivos Regionais de atendimento à pessoa com deficiência (PcD).**
- 5 Fortalecer a proteção à pessoa idosa, às famílias e aos cuidadores**

Ampliar e qualificar as políticas de proteção à pessoa idosa, promovendo envelhecimento ativo, saudável e participativo e fortalecendo os serviços de convivência, acolhimento, proteção contra violência e apoio às situações de perda de autonomia. Em articulação com a rede de saúde, estruturar orientação e apoio às famílias e cuidadores de pessoas idosas dependentes, inclusive aquelas com demências e doenças neurodegenerativas, facilitando o acesso aos serviços públicos e à proteção social.

5.4 FRENTE ESTRATÉGICA IV

SEGURANÇA ALIMENTAR, INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES

A assistência social deve ir além do atendimento às necessidades imediatas. Também deve criar condições para que as pessoas conquistem autonomia, ampliem sua capacidade produtiva e tenham acesso a oportunidades de trabalho, renda e desenvolvimento. A promoção da segurança alimentar e da inclusão produtiva constitui instrumento fundamental para romper ciclos de pobreza e vulnerabilidade social.

PROPOSTAS

- 1** Reforçar a política estadual de segurança alimentar e nutricional.
- 2** Incentivar a geração de emprego e renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

5.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

MODERNIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO NA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Uma política pública eficiente depende de profissionais qualificados, gestão moderna e utilização de informações confiáveis para orientar decisões. Investir em inovação, capacitação permanente e transformação digital reforça a rede socioassistencial, aumenta a eficiência dos serviços e melhora a qualidade do atendimento prestado à população.

PROPOSTAS

- 1** Implantar programa permanente de capacitação dos servidores da assistência social.
- 2** Modernizar o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC).

5.6 DIRETRIZ ESTRATÉGICA VI

GOVERNANÇA, INTEGRAÇÃO E FORTALECIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

A efetividade da assistência social depende da integração entre Estado, municípios e sociedade civil, bem como da articulação permanente entre as diferentes políticas públicas. Consolidar a governança da rede socioassistencial significa expandir a cooperação institucional, aperfeiçoar o planejamento, conectar serviços e garantir que as ações cheguem de forma coordenada às pessoas que mais necessitam da presença do Estado.

Estreitar a cooperação entre Estado, municípios e organizações da sociedade civil na execução das políticas socioassistenciais.

Articular assistência social, saúde, educação, segurança pública, habitação, qualificação profissional e demais políticas públicas voltadas à proteção das famílias.

Utilizar diagnósticos sociais, sistemas de informação e monitoramento permanente para orientar o planejamento e a avaliação das políticas públicas.

Promover gestão orientada por resultados, com foco na ampliação da cobertura, na agilidade administrativa e na melhoria da qualidade dos serviços prestados.

5.7 DIRETRIZ ESTRATÉGICA VII

PROTEÇÃO INTEGRAL E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

A proteção da vida, da dignidade humana e dos direitos fundamentais constitui um dos deveres permanentes do Estado. O enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas e demais grupos em situação de vulnerabilidade exige atuação integrada, capaz de prevenir violações de direitos, acolher as vítimas, responsabilizar os agressores e reforçar uma cultura de respeito, proteção e cidadania.

A violência produz impactos que ultrapassam a esfera individual, comprometendo famílias, comunidades e o próprio desenvolvimento social. Por isso, sua prevenção e enfrentamento demandam ações coordenadas entre assistência social, segurança pública, saúde, educação, sistema de justiça e demais instituições que integram a rede de proteção.

Vamos sustentar uma política estadual permanente de prevenção e enfrentamento à violência, expandindo a rede de atendimento especializado, oferecendo acolhimento humanizado, assegurando proteção integral às vítimas e apurando os mecanismos de prevenção, monitoramento e responsabilização.

I PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ

Consolidar políticas públicas voltadas à prevenção da violência, à promoção dos direitos humanos e à construção de uma cultura de paz, desenvolvendo campanhas educativas, ações de conscientização e iniciativas integradas voltadas à proteção de crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

PROPOSTAS

- 1 Fortalecer as políticas públicas de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas e população LGBTQIA +.**
- 2 Fortalecer a Política Estadual de Prevenção e Combate ao Feminicídio.**
- 3 Aprimorar e expandir a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.**

5.9 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IX

II PROTEÇÃO, ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ÀS VÍTIMAS

Garantir atendimento humanizado às vítimas de violência exige ampliar a capacidade da rede pública de acolhimento e assegurar assistência integral, com equipes multiprofissionais preparadas para atuar de forma articulada, protegendo direitos e promovendo a recuperação física, emocional e social das pessoas atendidas.

PROPOSTAS

1 Ampliar e regionalizar a rede de acolhimento às vítimas de violência**2 Fortalecer a rede estadual de atendimento em saúde às vítimas de violência**

III COMBATE ÀS FORMAS GRAVES DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS

3 Intensificar o combate à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e à violência sexual.

O enfrentamento à exploração sexual, ao tráfico de pessoas e às demais formas graves de violência exige atuação permanente, integrada e especializada, articulando prevenção, inteligência, investigação, proteção às vítimas e responsabilização dos autores, em cooperação com os órgãos de segurança pública e o sistema de justiça.

EIXO 06

06

AGROPECUÁRIA E CADEIAS PRODUTIVAS

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Infraestrutura, Logística e Competitividade no Campo
- 02 Fortalecimento da Agricultura Familiar e das Cadeias Produtivas
- 03 Inovação, Tecnologia e Assistência ao Produtor Rural
- 04 Bioeconomia, Sustentabilidade e Desenvolvimento Florestal
- 05 Agregação de Valor, Certificação e Expansão de Mercados

EIXO 06

AGROPECUÁRIA E CADEIAS PRODUTIVAS

A agropecuária é um dos principais pilares do desenvolvimento econômico de Rondônia, responsável pela geração de emprego, renda, arrecadação e oportunidades em todas as regiões do Estado. A força do campo, aliada ao empreendedorismo dos produtores rurais, transformou Rondônia em referência nacional na produção de carne bovina, leite, café, pescado, grãos, cacau e diversos outros produtos que impulsionam a economia estadual.

Ao lado do agronegócio empresarial, a agricultura familiar desempenha papel essencial na segurança alimentar, na geração de renda e no desenvolvimento dos municípios, contribuindo para a diversificação da produção, o fortalecimento das economias locais e a permanência das famílias no campo.

O desafio dos próximos anos é aumentar a competitividade do setor, investir em infraestrutura, inovação, assistência técnica, logística, agroindustrialização e sustentabilidade, agregando valor à produção e ampliando o acesso dos produtos rondonienses aos mercados nacionais e internacionais.

Nosso compromisso é transformar Rondônia em um Estado cada vez mais competitivo, inovador e sustentável, reforçando quem produz, incentivando a industrialização, impulsionando a bioeconomia e firmando o agro como vetor permanente de desenvolvimento econômico e social.

6.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E COMPETITIVIDADE NO CAMPO

O desenvolvimento da agropecuária depende de uma infraestrutura eficiente que permita ao produtor reduzir custos, expandir sua competitividade e acessar novos mercados. Investir em estradas vicinais, mecanização, equipamentos e logística significa fortalecer toda a cadeia produtiva, impulsionar a industrialização e criar condições para que Rondônia continue expandindo sua participação nos mercados nacional e internacional.

PROPOSTAS

1 Promover investimentos na infraestrutura para o agronegócio

Realizar investimentos permanentes na manutenção, recuperação e melhoria das estradas vicinais, pontes e demais estruturas da malha viária rural, assegurando melhores condições para o escoamento da produção, redução dos custos logísticos e reforço da competitividade do setor agropecuário. Também serão ampliados os investimentos destinados à aquisição e distribuição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas aos municípios, priorizando a agricultura familiar, associações, cooperativas e pequenos produtores, além de incentivar a implantação de infraestrutura capaz de atrair novas agroindústrias e estender a agregação de valor à produção rondoniense.

2 Concluir e operacionalizar o Centro Estadual de Abastecimento de Rondônia (CEARO)

Concluir, estruturar e colocar em pleno funcionamento o Centro Estadual de Abastecimento de Rondônia (CEARO), consolidando-o como instrumento estratégico para organizar a comercialização da produção agropecuária, reduzir perdas, melhorar a logística de distribuição, reforçar a agricultura familiar e abrir as oportunidades de mercado para pequenos, médios e grandes produtores rurais.

6.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DAS CADEIAS PRODUTIVAS

A agricultura familiar desempenha papel estratégico na segurança alimentar, na geração de renda e no desenvolvimento dos municípios. Ao mesmo tempo, o reforço das cadeias produtivas aumenta a competitividade do setor e abre novas oportunidades para pequenos, médios e grandes produtores. O Governo trabalhará ao lado de quem produz, para incentivar a diversificação da produção, sustentar o cooperativismo e estender a agregação de valor aos produtos rondonienses.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a agricultura familiar

Expandir as políticas públicas destinadas ao reforço da agricultura familiar, promovendo mecanização agrícola, melhoria da infraestrutura rural, assistência técnica, acesso ao crédito, incentivo à agroindustrialização, agregação de valor à produção, ampliação da segurança alimentar e reforço da inclusão produtiva. O Governo apoiará ainda o cooperativismo, a diversificação das atividades econômicas e o protagonismo de jovens e mulheres no meio rural.

2 Fortalecer a comercialização e a agroindustrialização

Expandir programas voltados à comercialização da produção rural, reforçando o acesso aos mercados institucionais, cooperativas, feiras e canais diretos de comercialização. O Governo incentivará a agroindustrialização da produção, reduzindo a dependência de intermediários, agregando valor aos produtos rondonienses e ampliando a competitividade das agroindústrias familiares.

3 Fortalecer as agroindústrias com certificação do SIR

Ampliar e fortalecer o Sistema de Inspeção Regional (SIR), impulsionando a certificação sanitária das agroindústrias, integrando Estado, municípios, consórcios públicos, cooperativas e entidades parceiras, estendendo o acesso aos mercados consumidores e às compras institucionais, como o PAA e o PNAE, além de estimular a inserção dos produtos regionais no mercado privado.

4 Fortalecer as cadeias produtivas rurais

Implementar ações integradas destinadas ao reforço das principais cadeias produtivas do Estado, incluindo cafeicultura, pecuária leiteira, piscicultura, cacauicultura, fruticultura, apicultura, olericultura e demais segmentos estratégicos, incentivando inovação, assistência técnica, crédito rural, industrialização e acesso a novos mercados.

5 Fortalecer a pesca e a aquicultura

Promover investimentos destinados ao reforço da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, incentivando inovação, assistência técnica, industrialização, agregação de valor, comercialização e sustentabilidade ambiental, expandindo a geração de emprego, renda e oportunidades para os produtores do setor.

6 Implantar o Programa Estadual de Alimentação Regionalizada

Priorizar, sempre que tecnicamente possível e observada a legislação aplicável às compras públicas, a utilização de alimentos produzidos em Rondônia na merenda escolar e na alimentação das unidades hospitalares estaduais, incentivando a aquisição de produtos da agricultura familiar e das cadeias produtivas regionais, como pescado, leite e derivados, frutas, castanhas, café, cacau e outros alimentos produzidos no Estado, fortalecendo a economia local, a segurança alimentar e a geração de renda no meio rural.

6.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL

A competitividade da agropecuária depende cada vez mais da incorporação de tecnologia, da assistência técnica qualificada e da inovação aplicada ao campo. O acesso ao conhecimento, à pesquisa, às novas tecnologias e ao crédito fortalece a produtividade, reduz custos e amplia a sustentabilidade da produção rural.

PROPOSTAS

1 Incentivar o aumento da produtividade agropecuária

Implantar programas permanentes voltados ao aumento da produtividade, incentivando a mecanização, a pesquisa, a agricultura de precisão e a difusão de tecnologias capazes de elevar a eficiência econômica, reduzir custos e impulsionar maior sustentabilidade nas propriedades rurais.

2 Modernizar a assistência técnica e extensão rural

Fortalecer institucionalmente a EMATER, ampliando equipes técnicas, atualizando sua infraestrutura, investindo na qualificação permanente dos profissionais e assegurando atendimento contínuo e de qualidade aos produtores rurais em todas as regiões do Estado.

3 Incentivar inovação e tecnologia no campo

Estimular a adoção de tecnologias voltadas ao aumento da produtividade e da sustentabilidade, incentivando agricultura de precisão, biotecnologia, georreferenciamento, drones, sensores inteligentes, conectividade rural e demais ferramentas tecnológicas capazes de reduzir custos, aumentar a agilidade produtiva e otimizar o uso dos recursos naturais.

4 Ampliar o acesso ao crédito rural e à inovação

Reforçar políticas de financiamento destinadas aos pequenos produtores rurais, cooperativas, agroindústrias familiares e empreendedores da bioeconomia, estimulando investimentos produtivos, inovação tecnológica, agregação de valor e modernização das propriedades rurais.

6.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

BIOECONOMIA, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

Rondônia reúne condições únicas para transformar sua biodiversidade em oportunidades de desenvolvimento sustentável. O fortalecimento da bioeconomia, do extrativismo sustentável, da bioindustrialização e da recuperação ambiental representa uma estratégia capaz de gerar emprego, renda, inovação e conservação ambiental, consolidando uma economia baseada no uso responsável dos recursos naturais da Amazônia.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a bioeconomia

Implementar políticas públicas voltadas ao reforço das cadeias produtivas da bioeconomia, priorizando agricultores familiares, povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres empreendedoras e demais segmentos produtivos vinculados ao uso sustentável da biodiversidade amazônica.

2 Fortalecer o extrativismo sustentável e o manejo florestal

Promover políticas públicas destinadas ao reforço do extrativismo sustentável e do manejo florestal responsável, incentivando cadeias produtivas como castanha-do-brasil, açaí, cupuaçu e demais produtos da sociobiodiversidade, conciliando geração de renda, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável, com simplificação dos processos de licenciamento ambiental dentro dos limites da legislação.

3 Incentivar a bioindustrialização, inovação e química verde

Incentivar investimentos em bioindústrias, biotecnologia, química verde, alimentos funcionais, fitoterápicos, cosméticos, materiais renováveis e demais atividades de alto valor agregado, fortalecendo uma economia baseada na inovação e no uso sustentável dos recursos biológicos produzidos em Rondônia.

4 Incentivar a recuperação ambiental produtiva

Implantar políticas públicas destinadas à recuperação de áreas degradadas, integrando conservação ambiental, produção sustentável e restauração ecológica, estimulando sistemas produtivos que conciliam preservação ambiental e geração de renda.

6.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

AGREGAÇÃO DE VALOR, CERTIFICAÇÃO E EXPANSÃO DE MERCADOS

Produzir mais é importante, mas produzir com qualidade, identidade e acesso a novos mercados é o que gera maior valor para o produtor rural. O fortalecimento das certificações, da identidade dos produtos rondonienses e da política de exportações permitirá ampliar a competitividade do Estado e consolidar Rondônia como referência nacional e internacional na produção agropecuária sustentável.

PROPOSTAS

1 Ampliar o apoio à exportação

Fortalecer ações voltadas à abertura de novos mercados nacionais e internacionais para carne bovina, leite e derivados, pescado, café, cacau, grãos e demais produtos agropecuários produzidos em Rondônia, ampliando a competitividade do Estado, incentivando a internacionalização das empresas e reforçando a presença dos produtos rondonienses no comércio exterior.

2 Criar o Programa Estadual de Denominação de Origem para Produtos Rondonienses

Instituir o Programa Estadual de Denominação de Origem e Identificação Geográfica para produtos estratégicos de Rondônia, como carne bovina, café, pescado, leite, cacau e demais cadeias produtivas, agregando valor à produção, consolidando a identidade dos produtos regionais, estendendo o acesso a mercados diferenciados e aumentando a renda dos produtores rurais.

EIXO 07

07

INFRAESTRUTURA

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

-
- 01 Infraestrutura Rodoviária e Integração Regional
 - 02 Logística Hidroviária, Portuária e Integração Multimodal
 - 03 Infraestrutura Aeroportuária, Energética e Competitividade
 - 04 Desenvolvimento Urbano, Mobilidade e Qualidade de Vida
 - 05 Governança, Planejamento e Modernização da Infraestrutura
-

EIXO 07

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura é um dos principais pilares para o desenvolvimento econômico, a integração regional, a competitividade da produção e a melhoria da qualidade de vida da população. Investir em infraestrutura significa criar condições para que pessoas, mercadorias e serviços circulem com mais eficiência, firmando o crescimento sustentável de Rondônia e expandindo as oportunidades de desenvolvimento em todas as regiões do Estado.

A localização estratégica de Rondônia, conectando o Centro-Oeste, a Região Norte e os mercados internacionais por meio da Hidrovia do Rio Madeira e da Rodovia Interoceânica, confere ao Estado um papel cada vez mais relevante na logística nacional e internacional. Essa posição privilegiada exige investimentos permanentes na modernização da infraestrutura rodoviária, hidroviária, aeroportuária, energética e urbana, reduzindo custos, atraindo investimentos e aumentando a competitividade da economia rondoniense.

Também será prioridade reforçar a infraestrutura dos municípios, promovendo cidades mais organizadas, acessíveis, sustentáveis e preparadas para acompanhar o crescimento econômico, por meio da revitalização dos espaços públicos, da melhoria da mobilidade urbana e da renovação dos equipamentos públicos.

Trabalharemos por uma política estadual de infraestrutura assentada no planejamento de longo prazo, na conexão entre os diferentes modais de transporte, na sustentabilidade, na inovação e na cooperação entre Estado, municípios, União e iniciativa privada.

7.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E INTEGRAÇÃO REGIONAL

A malha rodoviária é responsável por conectar municípios, articular regiões, garantir o transporte de pessoas e assegurar o escoamento da produção agropecuária e industrial. Investir na melhoria das rodovias estaduais significa fortalecer o desenvolvimento regional, aumentar a segurança viária e reduzir custos logísticos.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a infraestrutura rodoviária estadual

Instituir uma política permanente de manutenção, recuperação, pavimentação, atualização e ampliação das rodovias estaduais, pontes, viadutos e demais estruturas viárias, garantindo melhores condições de trafegabilidade, integração regional, segurança e desenvolvimento econômico.

2 Ampliar a capacidade da malha rodoviária estadual

Executar obras destinadas à implantação de faixas adicionais, duplicações, novos trevos, acessos, contornos urbanos e dispositivos de segurança viária, aumentando a capacidade operacional das rodovias estaduais e reduzindo os riscos de acidentes.

3 Pavimentação da Rodovia do Boi

Concluir a pavimentação da Rodovia do Boi (RO-370) no trecho entre o Trevo da Pedra e o município de Parecis, garantindo uma ligação estratégica entre as regiões do Cone Sul e da Zona da Mata. A rodovia é fundamental para o escoamento da produção de grãos, da pecuária e de outras culturas agrícolas, beneficiando diretamente os municípios de Corumbiara, Colorado do Oeste, Chupinguaia, Cerejeiras, Cabixi, Pimenteiras do Oeste e Vilhena. A conclusão da obra facilitará o acesso aos municípios e impulsionará o desenvolvimento econômico e produtivo de toda a região. Além de reduzir os custos de transporte, a rodovia oferecerá uma rota alternativa às praças de pedágio, ampliando as opções de deslocamento e melhorando a competitividade da produção local.

4 Pavimentação da RO-205

Pavimentar os 80 quilômetros da rodovia que liga Machadinho do Oeste a Cujubim, garantindo uma ligação mais rápida, segura e eficiente para a região. A obra contribuirá para reduzir o isolamento, facilitar o escoamento da produção agrícola e melhorar o tráfego de veículos leves, transporte de cargas e ambulâncias que conduzem pacientes aos hospitais de Porto Velho.

Com a pavimentação, o percurso de ida e volta entre Machadinho do Oeste e a Capital será reduzido em aproximadamente 100 quilômetros, diminuindo o tempo de viagem, os custos de transporte e os riscos para quem utiliza a rodovia.

7.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

LOGÍSTICA HIDROVIÁRIA, PORTUÁRIA E INTEGRAÇÃO MULTIMODAL

A Hidrovia do Rio Madeira representa um dos principais corredores logísticos da Amazônia e constitui um ativo estratégico para o desenvolvimento de Rondônia. O fortalecimento da infraestrutura hidroviária permitirá ampliar a competitividade da produção estadual, reduzir custos de transporte e consolidar o Estado como um importante centro logístico da Região Norte.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a infraestrutura hidroviária

Realizar investimentos na modernização dos portos, terminais hidroviários, estruturas de apoio à navegação e demais equipamentos logísticos, reforçando a integração entre os diferentes modais de transporte e aumentando a eficiência da cadeia logística estadual.

2 Fortalecer a navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira

Atuar institucionalmente junto ao Governo Federal para garantir condições permanentes de navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira, por meio da dragagem, manutenção do canal de navegação, sinalização e demais intervenções necessárias para assegurar a continuidade das operações ao longo de todo o ano.

3 Modernizar a segurança da navegação

Investir na renovação da sinalização hidroviária, dos sistemas de monitoramento, controle e comunicação, expandindo a segurança operacional, reduzindo riscos e aumentando a agilidade do transporte hidroviário.

4 Fortalecer a gestão de riscos climáticos

Implementar políticas permanentes de monitoramento hidrológico, planejamento preventivo e adaptação às mudanças climáticas, consolidando a resiliência da infraestrutura logística diante das variações dos regimes de chuvas e estiagens.

5 Defender uma política tarifária equilibrada para o transporte hidroviário

Articular junto aos órgãos competentes mecanismos que promovam maior competitividade do transporte hidroviário, assegurando tratamento diferenciado às populações ribeirinhas e comunidades tradicionais que dependem da navegação para sua mobilidade e subsistência.

7.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, ENERGÉTICA E COMPETITIVIDADE

O reforço da infraestrutura econômica é essencial para aumentar a capacidade de atração de investimentos, favorecer a instalação de novos empreendimentos e integrar Rondônia aos mercados nacionais e internacionais.

PROPOSTAS

1 Ampliar a infraestrutura aeroportuária

Articular junto ao Governo Federal investimentos destinados à ampliação dos aeroportos, reforço da malha aérea regional, criação de novos destinos nacionais e internacionais e melhoria da conectividade aérea, contribuindo para o desenvolvimento econômico e para a redução dos custos do transporte.

2 Fortalecer a infraestrutura energética

Promover políticas públicas voltadas à expansão e modernização da infraestrutura energética, incentivando fontes renováveis, ampliando a segurança do sistema elétrico e criando condições para a atração de novos investimentos industriais e produtivos.

3 Alfandegar os portos estratégicos e o Aeroporto de Porto Velho

Articular junto ao Governo Federal o alfandegamento dos portos de Porto Velho, Guajará-Mirim e Costa Marques, bem como do Aeroporto de Porto Velho, aumentando a capacidade exportadora de Rondônia, reduzindo custos logísticos e agregando valor aos produtos rondonienses destinados ao mercado internacional.

7.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

DESENVOLVIMENTO URBANO, MOBILIDADE E QUALIDADE DE VIDA

O crescimento das cidades exige investimentos permanentes em mobilidade, acessibilidade, requalificação urbana e valorização dos espaços públicos. A infraestrutura urbana deve contribuir para cidades mais organizadas, sustentáveis e preparadas para oferecer melhores condições de vida à população.

PROPOSTAS

1 Incentivar a requalificação urbana

Impulsionar, em parceria com os municípios, programas de revitalização de áreas degradadas, recuperação de espaços públicos, requalificação de áreas industriais desativadas e incentivo ao uso sustentável do solo urbano.

2 Fortalecer a mobilidade urbana

Apoiar os municípios na implementação de políticas voltadas a melhorar a acessibilidade, implantação de ciclovias, qualificação do transporte coletivo, reorganização do sistema viário e renovação da infraestrutura urbana.

3 Valorizar os espaços públicos

Realizar investimentos destinados à recuperação, revitalização e manutenção de praças, parques, equipamentos públicos, áreas de convivência e patrimônio histórico-cultural, fortalecendo o lazer, o turismo e a qualidade de vida da população.

7.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A infraestrutura exige planejamento de longo prazo, integração institucional e modelos modernos de gestão capazes de ampliar a eficiência dos investimentos públicos e fortalecer a cooperação entre os diferentes entes federativos e a iniciativa privada.

PROPOSTAS

1 Modernizar a gestão da infraestrutura hidroviária

Articular, junto aos órgãos competentes, mecanismos que promovam maior agilidade na gestão da infraestrutura hidroviária, estimulando modelos de cooperação institucional, parcerias com a iniciativa privada e instrumentos de planejamento que assegurem maior agilidade logística, observada a legislação aplicável e o interesse público.

SÍNTESE DO EIXO

Se o agro é o motor da economia de Rondônia, a infraestrutura é o caminho que permite ao Estado transformar produção em desenvolvimento. Rodovias, hidrovias, aeroportos, energia e cidades mais estruturadas são elementos indispensáveis para reduzir custos, atrair investimentos, integrar regiões e aumentar a competitividade da economia rondoniense.

EIXO 08

08

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

-
- 01 Habitação Digna e Redução do Déficit Habitacional
 - 02 Regularização Fundiária Urbana e Rural
 - 03 Planejamento Territorial, Ordenamento do Solo e Gestão de Riscos
 - 04 Saneamento Básico e Infraestrutura para a Qualidade de Vida
 - 05 Inteligência Territorial, Governança e Planejamento Integrado
-

EIXO 08

HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O acesso à moradia digna constitui um direito social assegurado pela Constituição Federal e representa um dos principais instrumentos de promoção da cidadania, inclusão social e desenvolvimento humano. Garantir habitação adequada significa proporcionar segurança, estabilidade, qualidade de vida e melhores oportunidades para milhares de famílias rondonienses.

A redução do déficit habitacional exige políticas públicas permanentes, articuladas entre os entes federativos e integradas às ações de planejamento urbano, infraestrutura, saneamento básico, mobilidade e desenvolvimento regional. Mais do que construir moradias, é necessário promover cidades planejadas, sustentáveis e capazes de oferecer condições adequadas de habitabilidade.

Paralelamente, a regularização fundiária urbana e rural constitui uma política pública estratégica para assegurar segurança jurídica, reduzir conflitos, fortalecer o planejamento territorial e ampliar o acesso da população aos serviços públicos, ao crédito e aos investimentos.

No meio rural, a regularização fundiária representa importante instrumento de desenvolvimento econômico e social, proporcionando maior segurança jurídica aos produtores, valorização patrimonial, acesso às políticas públicas e fortalecimento da produção agropecuária.

Nas áreas urbanas, a regularização fundiária promove inclusão social, integração dos assentamentos ao planejamento municipal, melhoria da infraestrutura, valorização imobiliária e garantia do direito à propriedade, contribuindo para cidades mais organizadas, seguras e sustentáveis.

Nosso compromisso é sustentar uma política estadual de habitação e desenvolvimento territorial assentada no planejamento, na inclusão social, na segurança jurídica, na sustentabilidade e na cooperação entre Estado, municípios e Governo Federal, estendendo o acesso da população à moradia digna, à regularização fundiária e ao desenvolvimento equilibrado de todas as regiões de Rondônia.

8.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

HABITAÇÃO DIGNA E REDUÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL

O acesso à moradia é um dos principais fatores de promoção da dignidade humana e da inclusão social. A atuação do Governo será direcionada à ampliação da oferta habitacional, à melhoria das condições de moradia e ao reforço de políticas públicas capazes de reduzir o déficit habitacional, especialmente para as famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

PROPOSTAS

1 Reduzir o déficit habitacional

Desenvolver uma política estadual permanente de habitação de interesse social, articulada aos programas habitacionais federais, aos municípios e à iniciativa privada, ampliando a oferta de moradias para famílias de baixa renda, priorizando empreendimentos dotados de infraestrutura, equipamentos públicos e acesso aos serviços essenciais, contribuindo para a redução do déficit habitacional e para a melhoria da qualidade de vida da população.

2 Instituir a Política Estadual de Autoconstrução Assistida

Implementar programas de assistência técnica habitacional destinados às famílias de baixa renda, disponibilizando apoio de engenheiros, arquitetos e demais profissionais habilitados para elaboração de projetos, construção, expansão, reforma e regularização de moradias, garantindo maior segurança, qualidade das edificações e observância da legislação vigente.

8.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL

A regularização fundiária representa uma das mais importantes políticas públicas de desenvolvimento territorial. Garantir segurança jurídica sobre a propriedade significa reduzir conflitos, ampliar o acesso ao crédito, estimular investimentos, fortalecer o planejamento urbano e rural e assegurar mais dignidade às famílias rondonienses.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a urbanização e a regularização fundiária urbana

Expandir as ações integradas entre Estado e municípios destinadas à urbanização de assentamentos informais, implantação de infraestrutura básica, regularização fundiária, redução de áreas de risco e integração dos bairros ao planejamento urbano, assegurando segurança jurídica aos ocupantes e melhores condições de habitabilidade.

2 Ampliar a Regularização Fundiária Urbana (REURB)

Fortalecer a implementação da Regularização Fundiária Urbana (REURB), observando as modalidades previstas na legislação federal, promovendo a titulação dos imóveis, a integração dos núcleos urbanos ao planejamento municipal e o acesso das famílias aos serviços públicos, ao crédito e à valorização patrimonial.

3 Fortalecer a regularização fundiária rural

Atuar em articulação com o Governo Federal, INCRA e demais órgãos competentes para acelerar os processos de regularização fundiária rural, assegurando segurança jurídica aos produtores, reforçando a função social da propriedade, reduzindo conflitos agrários e estendendo o acesso ao crédito rural, ao licenciamento ambiental e às políticas públicas de desenvolvimento.

4 Articular a gestão das terras públicas federais

Ampliar a cooperação institucional com o Governo Federal para transferência, destinação e gestão das terras públicas federais, consolidando as políticas de regularização fundiária, o planejamento territorial e o desenvolvimento sustentável do Estado.

- 5 Criar a Câmara de solução de Conflitos Agrários, com foco na resolução dos embargos de áreas com ocupação irregular no Estado.**
- 06 Arrecadar as terras devolutas do Estado de Rondônia e promover a regularização fundiária e ambiental das famílias que ocupam esses imóveis em conformidade com a Política Agrária do Estado.
- 07 Implementar programa gestão fundiária do Estado, com integração de bases entre município, Estado e União.
- 08 Implementar sistema automatizado, com cruzamento de dados e bases que possibilitem a análise e regularização fundiária e ambiental dos imóveis rurais em terras do Estado ou da União.
- 09 Estabelecer parceria com o INCRA para efetivar a regularização dos Projetos de Assentamentos no Estado de Rondônia.
- 10 Promover junto ao INCRA e em parceria com os municípios a transferência das terras de domínio do município, incluindo os distritos e ocupações urbanas nas áreas rurais.

8.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

PLANEJAMENTO TERRITORIAL, ORDENAMENTO DO SOLO E GESTÃO DE RISCOS

O desenvolvimento sustentável de Rondônia exige planejamento territorial capaz de orientar a ocupação do solo, prevenir riscos, assegurar segurança jurídica aos investimentos e conciliar crescimento econômico, preservação ambiental e qualidade de vida.

PROPOSTAS

- 1 Atualizar o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**
- Promover a atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento estratégico de planejamento territorial, orientando o uso sustentável dos recursos naturais, firmando a segurança jurídica dos investimentos e conciliando desenvolvimento econômico, produção e preservação ambiental.
- 2 Fortalecer o gerenciamento das áreas de risco**
- Instituir políticas permanentes de identificação, monitoramento e gestão das áreas sujeitas a riscos geológicos, hidrológicos e ambientais, utilizando geotecnologias, sistemas de informação territorial e planejamento preventivo para reduzir vulnerabilidades, proteger vidas e orientar a expansão urbana de forma segura.

8.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA PARA A QUALIDADE DE VIDA

O acesso ao saneamento básico é condição essencial para a promoção da saúde pública, da preservação ambiental e da qualidade de vida da população. O Governo atuará para aumentar a cobertura dos serviços e reduzir as desigualdades entre os municípios.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a universalização do saneamento básico

Implementar políticas públicas destinadas à ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana, promovendo atuação integrada entre Estado, municípios, concessionárias e demais instituições responsáveis, priorizando os municípios com maiores déficits de atendimento e contribuindo para a melhoria dos indicadores de saúde e qualidade ambiental.

8.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

INTELIGÊNCIA TERRITORIAL, GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO INTEGRADO

O planejamento territorial moderno depende da integração de informações, do uso de tecnologias e da coordenação entre os diferentes órgãos públicos. A gestão baseada em dados permite orientar investimentos, reduzir desigualdades regionais e aumentar a eficiência das políticas públicas.

PROPOSTAS

1 Implantar o Sistema Estadual Integrado de Informações Territoriais

Desenvolver uma plataforma estadual integrada de informações geográficas, cartográficas, fundiárias e urbanísticas, reunindo dados sobre habitação, regularização fundiária, infraestrutura, áreas de risco, uso e ocupação do solo e equipamentos públicos, fortalecendo o planejamento territorial, a tomada de decisão e a cooperação entre Estado e municípios.

EIXO 09

09

CULTURA

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

-
- 01 Valorização da Identidade Rondoniense e do Patrimônio Cultural
 - 02 Economia Criativa, Empreendedorismo Cultural e Turismo
 - 03 Formação Cultural, Educação e Democratização do Acesso
 - 04 Diversidade Cultural, Inclusão e Participação Social
 - 05 Gestão, Fomento e Fortalecimento da Política Cultural
-

EIXO 09

CULTURA

A cultura representa um dos principais instrumentos de fortalecimento da identidade de um povo, da preservação da memória coletiva e da promoção do desenvolvimento social e econômico. Valorizar a cultura de Rondônia significa reconhecer a diversidade de suas manifestações artísticas, históricas e tradicionais, reforçando o sentimento de pertencimento e preservando o patrimônio cultural para as atuais e futuras gerações.

A riqueza cultural rondoniense é formada pela contribuição dos povos indígenas, comunidades tradicionais, migrantes de diferentes regiões do país e demais grupos que ajudaram a construir a identidade histórica, social e cultural do Estado. Essa diversidade constitui um patrimônio material e imaterial que deve ser preservado, valorizado e difundido.

Além de sua dimensão social, a cultura representa importante vetor de desenvolvimento econômico por meio da economia criativa, do artesanato, da gastronomia regional, do audiovisual, da música, da literatura, do turismo cultural e das manifestações populares, contribuindo para a geração de emprego, renda e oportunidades em todas as regiões do Estado.

O reforço das políticas culturais exige planejamento permanente, valorização dos agentes culturais, preservação do patrimônio histórico e integração entre cultura, educação, turismo e desenvolvimento regional, ampliando o acesso da população às manifestações culturais e fortalecendo a identidade rondoniense.

Queremos uma política estadual de cultura que valorize a identidade regional, preserve o patrimônio histórico e cultural, dê força à economia criativa, democratize o acesso à cultura e reconheça o trabalho dos artistas e produtores culturais.

9.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE RONDONIENSE E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

A história e a diversidade cultural de Rondônia constituem um patrimônio coletivo que deve ser preservado, difundido e transmitido às futuras gerações. O Governo atuará para fortalecer a identidade cultural do Estado, proteger seus bens materiais e imateriais e ampliar o reconhecimento das manifestações que formam a história do povo rondoniense.

PROPOSTAS

1 Fortalecer o patrimônio cultural e a identidade rondoniense

Implementar políticas públicas permanentes voltadas à valorização do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e cultural de Rondônia, promovendo ações de preservação, difusão da memória, incentivo às manifestações tradicionais e reforço da identidade regional em todas as regiões do Estado.

2 Preservar o patrimônio cultural material e imaterial

Reforçar ações destinadas ao registro, documentação, proteção e valorização dos saberes, celebrações, tradições, expressões artísticas, manifestações populares e demais bens culturais que compõem a identidade do povo rondoniense, assegurando sua preservação e transmissão às futuras gerações.

3 Revitalizar monumentos históricos e equipamentos culturais

Promover investimentos na recuperação, revitalização, modernização e conservação dos monumentos históricos, museus, centros culturais e demais equipamentos públicos de interesse histórico e artístico, reforçando a preservação da memória estadual e estimulando o turismo cultural.

9.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

ECONOMIA CRIATIVA, EMPREENDEDORISMO CULTURAL E TURISMO

A cultura também é desenvolvimento econômico. O fortalecimento da economia criativa amplia oportunidades para artistas, produtores, artesãos e empreendedores culturais, gera emprego, movimenta o turismo e promove a valorização dos produtos e das tradições regionais.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a economia criativa

Desenvolver políticas públicas voltadas ao reforço da economia criativa, incentivando o artesanato, a produção artística, o audiovisual, a música, a literatura, as artes cênicas, as manifestações populares e demais segmentos culturais capazes de gerar emprego, renda e desenvolvimento sustentável, com atenção especial à valorização dos saberes tradicionais e dos povos originários.

2 Incentivar a culinária regional como patrimônio cultural

Instituir um programa estadual de valorização da gastronomia regional, impulsionando os pratos típicos, os ingredientes da biodiversidade amazônica e os saberes tradicionais da culinária rondoniense, consolidando o turismo gastronômico, incentivando pequenos empreendedores e ampliando a geração de renda nas diversas regiões do Estado.

3 Criar o Selo do Artesanato Rondoniense

Instituir um selo estadual de identificação e valorização do artesanato produzido em Rondônia, com atenção especial aos produtos desenvolvidos por povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhos e artesãos locais, firmando sua identidade, expandindo mercados e agregando valor à produção cultural.

9.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

FORMAÇÃO CULTURAL, EDUCAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

O acesso à cultura deve estar presente em todas as fases da vida. Integrar cultura e educação fortalece a formação cidadã, estimula a criatividade e expande as oportunidades para crianças, jovens e adultos desenvolverem seus talentos e conhecerem a história de Rondônia.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a educação patrimonial

Conduzir programas permanentes de educação patrimonial por meio de ações nas escolas, campanhas educativas, visitas técnicas e atividades comunitárias voltadas à valorização, preservação e conservação do patrimônio histórico, artístico e cultural de Rondônia.

2 Integrar cultura e educação

Criar políticas públicas integradas entre cultura e educação, utilizando as manifestações culturais como instrumento de formação cidadã, fortalecimento da identidade regional, incentivo à leitura, à produção artística e ao desenvolvimento cultural de crianças, adolescentes e jovens.

3 Implementar programa estadual de formação em arte e cultura

Criar programas permanentes de formação, qualificação e capacitação técnica destinados a artistas, produtores culturais, artesãos e demais profissionais da cultura, por meio de escolas técnicas, oficinas, cursos e parcerias institucionais, fortalecendo a profissionalização e ampliando as oportunidades no setor cultural.

04 Fortalecimento do quadro técnico da área cultural, com avaliação de mecanismo de contratação (concurso público, processo seletivo ou outras modalidades previstas em lei), respeitando o planejamento de pessoal e a disponibilidade orçamentária do estado.

9.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

DIVERSIDADE CULTURAL, INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A política cultural deve reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade que caracteriza Rondônia, garantindo oportunidades para todos os segmentos culturais e estendendo a participação da sociedade na construção das políticas públicas.

PROPOSTAS

1 Promover a diversidade cultural e a inclusão

Implementar políticas públicas que assegurem a valorização da diversidade cultural, impulsionando ampla participação de artistas, produtores culturais, povos indígenas, comunidades tradicionais, juventude, população negra e demais segmentos sociais, reforçando o acesso democrático às políticas culturais e às oportunidades de fomento.

9.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

GESTÃO, FOMENTO E FORTALECIMENTO DA POLÍTICA CULTURAL

A consolidação das políticas culturais depende de instrumentos permanentes de planejamento, financiamento e participação social capazes de assegurar continuidade, descentralização e transparência na gestão da cultura.

Assumimos esse compromisso com todos que fazem a cultura acontecer em Rondônia, artistas, produtores, mestres da cultura popular, agentes culturais e instituições,, mas, acima de tudo, com a população. Investir em cultura é investir nas pessoas, na identidade do nosso estado e, especialmente, na juventude, que encontra na arte, na criatividade e no acesso à cultura oportunidades de formação, inclusão, desenvolvimento e transformação social.

PROPOSTAS

1 Consolidar o Sistema Estadual de Cultura

Fortalecer a implementação do Sistema Estadual de Cultura e do Plano Estadual de Cultura, incentivando maior integração entre Estado, municípios e sociedade civil, assegurando continuidade das políticas públicas, participação social e valorização dos agentes culturais.

2 Modernizar a Lei Estadual de Incentivo à Cultura

Reformulação da legislação estadual de incentivo à cultura, adequando-a aos novos marcos legais do setor, às necessidades atuais e às boas práticas de transparência, descentralização territorial e democratização do acesso. A proposta amplia o acesso aos mecanismos de financiamento, reforça a produção cultural em todas as regiões de Rondônia, estimula a economia criativa e assegura maior segurança jurídica no fomento cultural.

3 Ampliar o Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura

Promover a atualização do percentual de destinação de recursos ao Fundo Estadual de Desenvolvimento da Cultura de Rondônia (FEDEC), ampliando sua capacidade de financiamento para consolidar programas, projetos e ações culturais em todo o Estado, assegurando maior estabilidade e continuidade às políticas públicas de cultura.

04 Execução integral dos recursos oriundos da União e adesão ativa a novos programas, políticas e editais federais, assegurando que Rondônia não perca recursos destinados à cultura. Entre os programas e instrumentos prioritários, destacamos:

disponíveis no âmbito federal.

- ☐ Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB;
- ☐ CEUs da Cultura- espaço público comunitário criado pelo Governo Federal para levar arte, educação e cidadania a bairros carentes
- ☐ MOVCEUs- uso de vans e veículos adaptados do Governo Federal para levar arte, leitura e cinema a pequenas cidades, áreas rurais e comunidades sem espaços fixos
- ☐ Arranjos Regionais;
- ☐ demais programas, editais, convênios e chamadas públicas

4 Celebração de convênio com o CONFAZ, viabilizando a efetivação da Lei

Estadual de Incentivo à Cultura nº 435/2011 e permitindo sua aplicação como mecanismo de financiamento complementar à cultura no Estado de Rondônia.

5 Criação e fortalecimento de programas estruturantes para a cultura,

com previsão orçamentária própria, garantindo continuidade, planejamento e impacto real nas cadeias produtivas, nos territórios e nas diferentes linguagens artísticas. Entre os programas prioritários, destacamos:

07 Ampliação, modernização e manutenção do Parque Cultural de Rondônia, assegurando investimentos contínuos na reforma, recuperação, acessibilidade, segurança, modernização tecnológica e manutenção dos equipamentos culturais existentes, bem como na construção de novos espaços nos municípios do Estado. A política deverá contemplar museus, bibliotecas, teatros, cinemas, cinematecas,

centros culturais, arquivos públicos, galerias, escolas de arte e outros equipamentos, garantindo estrutura adequada, equipes qualificadas, programação permanente e gestão compartilhada com a sociedade civil, de modo a ampliar o acesso da população à cultura, preservar o patrimônio e descentralizar a oferta cultural em Rondônia.

- Programa Estadual de Patrimônio Material e Imaterial, voltado à identificação, registro, preservação, valorização e difusão dos bens culturais de Rondônia, assim como prevendo recursos anuais para execução das festividades e ações dos patrimônios imateriais como Duelo na Fronteira, Flor do Maracujá, Festival Cultural de Nazaré, Festa do Divino, entre outros;
- Programa Estadual do Audiovisual instituindo a estruturação de uma política pública específica para o setor, incluindo a criação de polo de cinema, implantação de cursos de formação técnica;
- Programa de Valorização das Manifestações Populares e das Culturas dos Povos Tradicionais e Originários, assegurando reconhecimento, fomento, proteção e visibilidade às expressões culturais que formam a identidade de Rondônia;
- Programa de Formação em Arte e Cultura, com criação e fortalecimento de Escolas Livres, Escolas Técnicas e ações continuadas de capacitação para artistas, produtores, técnicos, gestores e agentes culturais;
- Programa de Difusão, Distribuição e Circulação das Artes Rondonienses, garantindo que artistas, grupos, obras e produções culturais circulem nos 52 municípios de Rondônia, em outros estados e em espaços nacionais e internacionais estratégicos;
- Consolidação do Programa Estadual de Editais de Fomento, com calendário anual, metodologia clara, recursos garantidos, comissões qualificadas, critérios transparentes, pagamento célere e acompanhamento permanente.
- Continuidade e ampliação do Programa de Arte e Cultura nas Escolas garantindo ações permanentes de formação, criação, fruição e circulação artística na rede pública estadual de ensino.
- Continuidade e ampliação do Programa Cultura Viva assegurando orçamento próprio, calendário permanente de editais e ações de reconhecimento, certificação e fomento aos Pontos e Pontões de Cultura de Rondônia.

-
- 6** **Buscar diálogo com os deputados para que haja destinação de 15% das emendas parlamentares estaduais para a cultura de Rondônia**, com destinação direta à Secretaria de Cultura para fortalecer o financiamento público do setor e ampliar o alcance das ações culturais nos municípios, comunidades, territórios e diferentes linguagens artísticas.

EIXO 10

10

ESPORTE E LAZER

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Infraestrutura Esportiva e Democratização do Acesso
- 02 Esporte Educacional, Formação de Talentos e Inclusão Social
- 03 Esporte de Alto Rendimento e Valorização dos Atletas
- 04 Esporte Inclusivo, Comunitário e para Todos
- 05 Esporte, Qualidade de Vida e Integração Social

EIXO 10

ESPORTE E LAZER

O esporte e o lazer constituem direitos sociais assegurados pela Constituição Federal e representam importantes instrumentos de promoção da saúde, inclusão social, cidadania e desenvolvimento humano. Investir nessas políticas públicas significa abrir oportunidades, estreitar vínculos comunitários, prevenir a violência e proporcionar melhor qualidade de vida para toda a população.

A prática esportiva contribui diretamente para o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, estimulando valores como disciplina, respeito, cooperação, superação e trabalho em equipe. Da mesma forma, o acesso ao lazer fortalece a convivência familiar, promove a ocupação saudável dos espaços públicos e contribui para cidades mais humanas e inclusivas.

Em Rondônia, expandir a infraestrutura esportiva e democratizar o acesso ao esporte representa uma estratégia fundamental para reduzir desigualdades, incentivar hábitos saudáveis, revelar talentos e reforçar a integração social em todas as regiões do Estado.

O que assumimos aqui é uma política estadual de esporte e lazer assentada na inclusão, na democratização do acesso e na valorização do esporte educacional, comunitário e de alto rendimento, capaz de melhorar a qualidade de vida, a formação cidadã e o desenvolvimento humano da população.

10.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

O acesso ao esporte depende da existência de espaços públicos adequados, seguros e acessíveis. O Governo investirá na ampliação e modernização da infraestrutura esportiva, garantindo que crianças, jovens, adultos e idosos tenham oportunidades de praticar atividades esportivas e de lazer em todas as regiões de Rondônia.

PROPOSTAS

1 Ampliar e modernizar a infraestrutura esportiva

Promover investimentos permanentes destinados à construção, expansão, reforma, revitalização e manutenção de quadras poliesportivas, ginásios, estádios, campos de futebol, pistas de atletismo, centros esportivos e demais equipamentos públicos de esporte e lazer, assegurando espaços modernos, acessíveis, seguros e adequados à prática esportiva em todos os municípios.

10.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

ESPORTE EDUCACIONAL, FORMAÇÃO DE TALENTOS E INCLUSÃO SOCIAL

O esporte constitui importante ferramenta de formação humana e desenvolvimento educacional. Ao incentivar a prática esportiva desde a infância, o Estado contribui para reduzir a evasão escolar, fortalecer valores de cidadania, impulsionar saúde e revelar novos talentos.

PROPOSTAS

1 Fortalecer o esporte nas escolas

Desenvolver políticas públicas voltadas a reforçar o esporte escolar na rede estadual de ensino, incentivando competições estudantis, jogos escolares, atividades recreativas e programas esportivos como instrumentos de desenvolvimento educacional, inclusão social e formação cidadã.

2 Incentivar a formação de jovens esportistas

Implementar programas permanentes de iniciação esportiva destinados a crianças e adolescentes, utilizando o esporte como ferramenta de desenvolvimento humano, prevenção da violência, promoção da saúde, fortalecimento da cidadania e identificação de novos talentos esportivos.

10.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO E VALORIZAÇÃO DOS ATLETAS

O reforço do esporte de rendimento amplia a representatividade de Rondônia em competições estaduais, nacionais e internacionais, incentiva novos atletas e valoriza aqueles que dedicam sua vida ao esporte.

PROPOSTAS

1 Apoiar atletas de alto rendimento

Instituir programas permanentes de incentivo aos atletas de alto rendimento, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade econômica, oferecendo apoio para treinamento, participação em competições, aquisição de equipamentos esportivos, acompanhamento técnico e desenvolvimento de suas carreiras esportivas.

10.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

ESPORTE INCLUSIVO, COMUNITÁRIO E PARA TODOS

O esporte deve ser um direito acessível a toda a população, respeitando a diversidade e promovendo igualdade de oportunidades. O Governo atuará para ampliar a inclusão por meio do esporte, valorizando pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades tradicionais e iniciativas comunitárias.

PROPOSTAS

1 Fortalecer o esporte para pessoas com deficiência

Expandir as políticas públicas destinadas ao esporte adaptado, impulsionando acessibilidade, infraestrutura adequada, apoio técnico especializado e ampliação da oferta de modalidades esportivas para pessoas com deficiência, reforçando a inclusão social e a igualdade de oportunidades.

2 Valorizar o esporte dos povos indígenas e comunidades tradicionais

Promover ações voltadas a reforçar as práticas esportivas desenvolvidas pelos povos indígenas, comunidades tradicionais e populações ribeirinhas, valorizando suas manifestações culturais, preservando tradições e incentivando sua participação em eventos esportivos e culturais.

10.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

ESPORTE, QUALIDADE DE VIDA E INTEGRAÇÃO SOCIAL

O esporte também é um instrumento de promoção da saúde, integração social e valorização das pessoas. O incentivo à prática esportiva contribui para melhorar a qualidade de vida, fortalecer vínculos e impulsionar ambientes mais saudáveis.

PROPOSTAS

1 Instituir a Política Estadual de Esporte, Integração e Qualidade de Vida dos Servidores Públicos

Implantar a Política Estadual de Esporte, Integração e Qualidade de Vida dos Servidores Públicos por meio da realização anual dos Jogos dos Servidores, incentivando a prática esportiva, estimulando integração entre os órgãos da administração pública, consolidando a saúde física e mental, valorizando os servidores e contribuindo para um ambiente de trabalho mais colaborativo e eficiente.

EIXO 11

11

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Ambiente de Negócios, Frentes Estratégicas Segurança Jurídica e Competitividade
- 02 Industrialização, Competitividade e Agregação de Valor
- 03 Comércio Exterior, Logística Empresarial e Internacionalização
- 04 Inovação, Tecnologia e Economia Digital
- 05 Empreendedorismo, Qualificação Profissional e Emprego
- 06 Desenvolvimento Sustentável e Novas Economias

EIXO 11

INDÚSTRIA, COMÉRCIO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

O fortalecimento da indústria, do comércio e do empreendedorismo representa uma das principais estratégias para diversificar a economia, ampliar a geração de empregos, aumentar a arrecadação estadual e promover o desenvolvimento sustentável de Rondônia. O crescimento desses setores impulsiona investimentos, fortalece as cadeias produtivas e amplia oportunidades para empresas, trabalhadores e municípios.

Nos últimos anos, Rondônia apresentou evolução significativa em diversos indicadores econômicos, com aumento da abertura de empresas, expansão das atividades produtivas e reforço do ambiente de negócios. Entretanto, permanecem desafios relacionados à burocracia, à competitividade industrial, à qualificação da mão de obra, ao acesso à inovação tecnológica, à agregação de valor à produção regional e à inserção das empresas nos mercados nacional e internacional.

A localização estratégica de Rondônia, sua matriz energética, a expansão do agro-negócio, a disponibilidade de recursos naturais e o crescimento da economia regional oferecem condições favoráveis para atrair novos investimentos, estimular a industrialização, reforçar a economia digital e aumentar a competitividade do Estado.

Nosso compromisso é firmar uma política estadual de desenvolvimento econômico assentada na livre iniciativa, na inovação, na segurança jurídica, na sustentabilidade e na geração de emprego e renda, criando um ambiente favorável para quem produz, empreende e investe em Rondônia.

11.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

**AMBIENTE DE NEGÓCIOS, FRENTES ESTRATÉGICAS
SEGURANÇA JURÍDICA E COMPETITIVIDADE**

Um ambiente econômico moderno depende de regras claras, processos ágeis e instituições eficientes. O Governo atuará para reduzir entraves burocráticos, simplificar procedimentos e oferecer maior segurança jurídica aos empreendedores.

PROPOSTAS

1 Modernizar o licenciamento ambiental com responsabilidade

Impulsionar a atualização dos processos de licenciamento ambiental mediante fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis, utilização de tecnologias digitais, redução de prazos e simplificação dos procedimentos administrativos, preservando o rigor técnico e a proteção ambiental.

2 Modernizar o ambiente regulatório

Revisar e simplificar normas e procedimentos administrativos que impactam a atividade econômica, reduzindo burocracias, fortalecendo a segurança jurídica e criando condições mais favoráveis à atração de investimentos e ao desenvolvimento empresarial.

3 Desburocratizar e fortalecer os pequenos negócios

Implementar políticas públicas voltadas à simplificação da abertura, regularização e funcionamento das micro e pequenas empresas, ampliando o acesso ao crédito, à capacitação, à inovação e aos serviços digitais.

11.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

**INDUSTRIALIZAÇÃO, COMPETITIVIDADE E AGREGAÇÃO DE
VALOR**

O desenvolvimento econômico de Rondônia passa pela transformação de suas riquezas em produtos industrializados, aumentando a competitividade, gerando empregos qualificados e agregando valor à produção estadual.

PROPOSTAS

1 Incentivar a industrialização do Estado

Conduzir políticas de atração de investimentos e reforço da indústria local, estimulando a instalação de novos empreendimentos e aumentando a capacidade produtiva de Rondônia.

2 Diversificar a base industrial

Incentivar novas cadeias produtivas, priorizando setores estratégicos como alimentos, mineração, piscicultura, rochas ornamentais, biotecnologia, medicamentos, madeira legal e produtos de maior valor agregado.

3 Implantar Distritos Industriais e Zonas de Processamento de Exportação

Articular a implantação e expansão de Distritos Industriais e Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), oferecendo infraestrutura adequada, segurança jurídica e ambiente favorável à atração de investimentos nacionais e internacionais.

11.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III**COMÉRCIO EXTERIOR, LOGÍSTICA EMPRESARIAL E INTERNACIONALIZAÇÃO**

A inserção competitiva de Rondônia nos mercados nacional e internacional exige infraestrutura aduaneira moderna, integração logística e reforço das exportações.

PROPOSTAS**1 Implantar Portos Secos**

Articular junto aos órgãos competentes a implantação de Portos Secos em municípios estratégicos, reforçando a infraestrutura aduaneira e reduzindo custos para importadores e exportadores.

2 Implementar o alfandegamento de portos e aeroportos

Atuar junto ao Governo Federal para ampliar a habilitação aduaneira dos portos e aeroportos do Estado, facilitando operações de comércio exterior e aumentando a competitividade das empresas rondonienses.

3 Agregar valor à produção local e ampliar as exportações

Impulsionar a industrialização, certificação de qualidade e inserção internacional dos produtos rondonienses, consolidando sua presença nos mercados nacional e internacional.

11.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E ECONOMIA DIGITAL

A inovação tornou-se um dos principais fatores de competitividade das economias modernas. O Governo atuará para aproximar empresas, universidades, centros de pesquisa e instituições de inovação, firmando a transformação digital da economia.

PROPOSTAS

1 Incentivar a inovação industrial

Desenvolver políticas estaduais de inovação integrando empresas, universidades, centros tecnológicos, startups e instituições de pesquisa, estimulando produtividade, transformação digital e desenvolvimento tecnológico.

2 Expandir a infraestrutura energética e digital

Fomentar investimentos destinados à ampliação da conectividade digital, da infraestrutura tecnológica e da oferta de energia confiável, criando condições para o desenvolvimento de novos empreendimentos.

3 Atrair investimentos em Data Centers e economia digital

Aproveitar o potencial da matriz energética de Rondônia para atrair investimentos em data centers, computação em nuvem, inteligência artificial e serviços digitais, reforçando o Estado como polo estratégico da nova economia.

11.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

EMPREENDEDORISMO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

O desenvolvimento econômico depende de pessoas qualificadas, empresas competitivas e oportunidades de inserção produtiva. O Governo fortalecerá políticas de capacitação e empregabilidade voltadas às demandas do mercado de trabalho.

PROPOSTAS

1 Fortalecer o empreendedorismo e a geração de emprego

Instituir programas permanentes de incentivo ao empreendedorismo, estimulando a criação, expansão e consolidação de novos negócios, especialmente nos municípios do interior.

2 Fortalecer a qualificação profissional

Expandir programas de formação técnica e qualificação profissional em parceria com instituições de ensino, Sistema S e entidades empresariais, preparando trabalhadores para atender às demandas da indústria, do comércio, da logística e da economia digital.

3 Fortalecer a intermediação de emprego e inclusão produtiva

Modernizar os serviços estaduais de empregabilidade, ampliando o uso de plataformas digitais, aproximando trabalhadores das oportunidades disponíveis e reforçando a inclusão produtiva.

4 Fortalecer a parceria com o Sistema S

Estender a cooperação entre Governo, SENAI, SENAC, SENAR, FAPERON e demais instituições para expandir a oferta regionalizada de cursos profissionalizantes gratuitos voltados às demandas do setor produtivo.

5 Incentivar a contratação de jovens aprendizes

Fortalecer programas de incentivo às empresas que promovam a contratação de jovens aprendizes, expandindo oportunidades de inserção no mercado de trabalho, inclusive para pessoas com deficiência, em conformidade com a legislação vigente.

11.6 DIRETRIZ ESTRATÉGICA VI

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E NOVAS ECONOMIAS

A competitividade do futuro depende da capacidade de conciliar crescimento econômico, inovação e sustentabilidade. Rondônia possui potencial para liderar novos modelos de desenvolvimento baseados na bioeconomia, na economia verde e na transição energética.

PROPOSTAS

1 Promover o desenvolvimento sustentável e a economia verde

Reforçar políticas públicas voltadas ao manejo sustentável dos recursos naturais, ao mercado de carbono, às energias renováveis e às tecnologias ambientais, consolidando Rondônia como referência em desenvolvimento sustentável.

2 Fortalecer a bioeconomia e a agroindústria

Estimular a inovação, a pesquisa, a agregação de valor aos produtos da biodiversidade, o reforço das cooperativas e o desenvolvimento de bioindústrias e agroindústrias, aumentando a competitividade da produção regional.

EIXO 12

12

TURISMO

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Estruturação dos Destinos Turísticos
- 02 Desenvolvimento dos Produtos Turísticos
- 03 Promoção, Marketing e Inteligência Turística
- 04 Qualificação Profissional e Fortalecimento do Setor
- 05 Governança, Investimentos e Desenvolvimento Sustentável

EIXO 12

TURISMO

O turismo representa um importante instrumento de desenvolvimento econômico, social e cultural, contribuindo para a geração de emprego, renda, valorização do patrimônio natural e reforço da identidade regional. Em Rondônia, o potencial turístico está diretamente associado à riqueza da biodiversidade amazônica, à diversidade cultural, aos recursos hídricos e às manifestações tradicionais que caracterizam o Estado.

A consolidação do turismo como política pública exige planejamento estratégico, investimentos em infraestrutura, qualificação profissional, promoção dos destinos turísticos e reforço da governança entre Estado, municípios, iniciativa privada e comunidades locais. O desenvolvimento do setor deve ocorrer de forma sustentável, conciliando crescimento econômico, conservação ambiental e valorização das populações tradicionais.

Rondônia reúne condições favoráveis para ampliar sua participação no turismo nacional e internacional, especialmente nos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura, turismo de pesca esportiva, turismo rural, turismo de negócios, turismo de base comunitária e turismo cultural. O reforço dessas atividades contribui para diversificar a economia, incentivar novos investimentos e ampliar as oportunidades de desenvolvimento regional.

A valorização dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e demais comunidades tradicionais também representa importante diferencial competitivo para o turismo estadual, desde que respeitados seus modos de vida, sua autonomia e seu patrimônio cultural, promovendo geração de renda aliada à preservação ambiental e ao reforço da identidade regional.

Queremos uma política estadual de turismo que una sustentabilidade, inovação e valorização das potencialidades regionais, conciliando desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social, para colocar Rondônia entre os principais destinos turísticos da Amazônia brasileira.

12.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

ESTRUTURAÇÃO DOS DESTINOS TURÍSTICOS

A competitividade do turismo depende de destinos bem estruturados, acessíveis e preparados para receber visitantes. O Governo atuará para expandir a infraestrutura turística, melhorar os serviços públicos e fortalecer os principais polos turísticos de Rondônia.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a infraestrutura turística

Promover investimentos destinados à construção, ampliação, revitalização e modernização da infraestrutura turística, contemplando acessibilidade, sinalização, centros de atendimento ao visitante, equipamentos públicos, mobilidade, segurança e qualificação dos espaços turísticos, garantindo melhores condições de recepção aos visitantes.

2 Implementar programa estadual de licenciamento turístico simplificado

Modernizar os procedimentos de licenciamento ambiental para empreendimentos turísticos de baixo impacto ambiental, reduzindo burocracias, assegurando segurança jurídica aos investidores e preservando os critérios técnicos e ambientais.

12.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS

O fortalecimento do turismo depende da diversificação da oferta de experiências e da valorização das potencialidades naturais, culturais e econômicas presentes em todas as regiões de Rondônia.

PROPOSTAS

1 Desenvolver o turismo regional e o etnoturismo

Implementar programas permanentes voltados à estruturação dos destinos turísticos regionais, impulsionando qualificação da gestão pública, desenvolvimento de produtos turísticos, integração dos municípios ao Mapa do Turismo Brasileiro e reforço da competitividade do setor.

2 Incentivar o turismo sustentável e de base comunitária

Conduzir políticas públicas voltadas a reforçar o ecoturismo, turismo rural, turismo comunitário, turismo regenerativo e demais modalidades sustentáveis, valorizando as comunidades locais, gerando renda e incentivando a conservação ambiental

3 Valorizar o turismo etnocultural

Reforçar iniciativas voltadas ao turismo indígena, ribeirinho, quilombola e das demais comunidades tradicionais, assegurando que seu desenvolvimento ocorra com participação ativa das comunidades, respeito à autonomia, proteção dos saberes tradicionais e valorização da identidade cultural.

4 Incentivar eventos e festivais turísticos

Estimular a realização de eventos culturais, esportivos, gastronômicos e tradicionais que fortaleçam o calendário turístico estadual, ampliem o fluxo de visitantes e movimentem a economia dos municípios ao longo de todo o ano.

5 Implementar o Programa Estadual de Regionalização do Turismo

Fortalecer as regiões turísticas de Rondônia por meio do apoio técnico aos municípios, estruturação de roteiros turísticos integrados, fortalecimento das Instâncias de Governança Regional (IGRs), incentivo à cooperação entre os municípios e ampliação da participação das regiões turísticas no Mapa do Turismo Brasileiro, promovendo maior competitividade, integração regional e desenvolvimento sustentável.

6 Desenvolver o turismo de fronteira

Promover o turismo integrado na faixa de fronteira entre Brasil e Bolívia, incentivando a criação de roteiros binacionais, a realização de eventos culturais e esportivos, o fortalecimento do comércio turístico, da integração regional e da cooperação institucional entre os municípios fronteiriços, ampliando as oportunidades de desenvolvimento econômico e de intercâmbio cultural.

12.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

PROMOÇÃO, MARKETING E INTELIGÊNCIA TURÍSTICA

A consolidação de Rondônia como destino turístico exige estratégias permanentes de promoção, inovação e utilização de tecnologias capazes de ampliar sua visibilidade nos mercados nacional e internacional.

PROPOSTAS

1 Promover os destinos turísticos de Rondônia

Consolidar as ações de promoção institucional dos atrativos turísticos do Estado por meio da participação em feiras nacionais e internacionais, campanhas de divulgação, marketing digital, produção de conteúdos estratégicos e posicionamento de Rondônia como destino turístico competitivo e sustentável.

2 Implantar plataforma digital de turismo inteligente

Desenvolver uma plataforma digital integrada com recursos de inteligência artificial, disponível em múltiplos idiomas, reunindo informações sobre atrativos, roteiros, hospedagem, gastronomia, eventos, serviços turísticos e orientações aos visitantes durante as vinte e quatro horas do dia.

3 Implantar o Programa Estadual de Sinalização Turística

Implantar programa permanente de sinalização turística padronizada, contemplando rodovias, áreas urbanas, unidades de conservação, atrativos naturais, patrimônios culturais, centros históricos e rotas turísticas, ampliando a orientação aos visitantes, a acessibilidade, a segurança e a integração dos destinos turísticos do Estado.

4 Implantar o Observatório Estadual do Turismo

Instituir o Observatório Estadual do Turismo como instrumento permanente de inteligência turística, responsável pela produção e divulgação de pesquisas, estatísticas, indicadores econômicos, estudos de demanda, monitoramento do fluxo de visitantes e avaliação das políticas públicas, subsidiando o planejamento estratégico, a tomada de decisões e o fortalecimento da competitividade do turismo em Rondônia.

12.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FORTALECIMENTO DO SETOR

O crescimento do turismo depende de profissionais qualificados, serviços de excelência e atuação integrada entre o poder público, a iniciativa privada e os diversos segmentos da cadeia turística.

PROPOSTAS

1 Fortalecer parcerias com o setor turístico

Incentivar a cooperação entre Estado, municípios, empreendedores, associações, cooperativas e instituições representativas do setor, promovendo investimentos, qualificação dos serviços e reforço das atividades econômicas ligadas ao turismo.

2 Implementar programa permanente de qualificação profissional

Criar programas contínuos de capacitação para guias turísticos, roteiros, condutores, empreendedores, trabalhadores do setor e gestores públicos, impulsionando certificação profissional, melhoria da qualidade dos serviços e reforço da hospitalidade.

3 Organizar o calendário estadual do turismo

Instituir calendário oficial de eventos turísticos, esportivos, culturais e de pesca esportiva, incentivando sua divulgação integrada e fortalecendo o fluxo turístico durante todo o ano.

4 Fortalecer a gestão municipal do turismo

Apoiar tecnicamente os municípios na elaboração e atualização dos Planos Municipais de Turismo, criação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo, realização do inventário da oferta turística, estruturação da governança local e captação de recursos estaduais e federais destinados ao desenvolvimento do setor.

12.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

GOVERNANÇA, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O turismo sustentável exige planejamento de longo prazo, instrumentos permanentes de financiamento e ambiente favorável à atração de investimentos privados, reforçando a governança e garantindo a continuidade das políticas públicas.

PROPOSTAS

1 Criar a Secretaria de Estado de Turismo e Cultura

Instituir órgão central responsável pela formulação e execução das políticas estaduais de turismo, patrimônio histórico e cultural, economia criativa e fomento às atividades turísticas do Estado e atividades culturais, assegurando maior autonomia orçamentária, capacidade de articulação institucional e fortalecimento da governança do setor.

2 Fortalecer o desenvolvimento turístico de forma integrada

Promover a integração das políticas de turismo com infraestrutura, cultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico e inclusão social, assegurando planejamento territorial, sustentabilidade e valorização das potencialidades regionais.

3 Criar o Fundo Estadual de Desenvolvimento do Turismo

Instituir fundo estadual com autonomia orçamentária e financeira destinado ao financiamento de programas, projetos e ações voltadas a reforçar a infraestrutura, promoção turística, qualificação profissional e desenvolvimento sustentável do setor.

4 Implantar o Programa Invest Turismo Rondônia

Criar uma política permanente de atração de investimentos para o turismo, estruturando uma Sala do Investidor, uma carteira estadual de projetos e mecanismos de apoio à implantação de novos empreendimentos turísticos, ampliando a participação da iniciativa privada no desenvolvimento do setor.

EIXO 13

13

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Gestão Ambiental, Segurança Jurídica e Modernização Institucional
- 02 Conservação dos Recursos Naturais e Recuperação Ambiental
- 03 Bioeconomia, Economia Verde e Produção Sustentável
- 04 Educação Ambiental, Ciência e Conhecimento
- 05 Mudanças Climáticas e Resiliência Ambiental
- 06 Proteção da Fauna, Bem-estar Animal e Biodiversidade

EIXO 13

DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores oportunidades para Rondônia. Inserido na Amazônia Legal e detentor de uma das maiores riquezas ambientais do planeta, o Estado possui vocação para conciliar crescimento econômico, produção agropecuária, conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

A preservação do patrimônio ambiental não deve ser compreendida como obstáculo ao desenvolvimento, mas como condição indispensável para garantir segurança jurídica, competitividade econômica, acesso a novos mercados e melhoria da qualidade de vida da população. O fortalecimento da agenda ambiental amplia oportunidades de investimento, impulsiona a bioeconomia, valoriza os produtos rondonienses e fortalece a imagem institucional do Estado nos mercados nacional e internacional.

Nesse contexto, torna-se essencial implementar políticas públicas capazes de harmonizar produção, conservação e inovação, assegurando proteção aos recursos naturais, incentivo às atividades produtivas sustentáveis e valorização das populações que vivem e produzem na floresta.

A utilização responsável dos recursos naturais, o reforço da educação ambiental, a modernização da gestão ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a proteção da biodiversidade e o incentivo às cadeias produtivas sustentáveis constituem instrumentos estratégicos para consolidar um modelo de desenvolvimento ambientalmente responsável.

Assumimos o compromisso de conduzir uma política ambiental assentada na sustentabilidade, na inovação, na segurança jurídica, na valorização da biodiversidade e no uso racional dos recursos naturais, conciliando desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social.

13.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

GESTÃO AMBIENTAL, SEGURANÇA JURÍDICA E MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Uma gestão ambiental moderna deve conciliar proteção dos recursos naturais, eficiência administrativa e segurança jurídica para quem produz, investe e desenvolve atividades econômicas de forma responsável.

PROPOSTAS

1 Modernizar o licenciamento ambiental com responsabilidade

Promover a atualização dos processos de licenciamento ambiental mediante digitalização dos sistemas, simplificação dos procedimentos administrativos, reforço das equipes técnicas e redução dos prazos para análise dos processos, assegurando maior agilidade, transparência, segurança jurídica e rigor técnico na proteção ambiental.

13.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II

CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A proteção dos recursos naturais é condição indispensável para assegurar qualidade de vida, segurança hídrica, produtividade econômica e equilíbrio ambiental para as futuras gerações.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a gestão sustentável dos recursos hídricos

Implantar políticas públicas destinadas à proteção, conservação e uso racional dos recursos hídricos, promovendo monitoramento permanente dos mananciais, recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), incentivo ao reúso da água, uso eficiente na irrigação e melhoria da gestão dos recursos hídricos.

2 Fortalecer programas de recuperação ambiental

Executar programas permanentes destinados à recuperação de nascentes, recomposição de áreas degradadas, reflorestamento, arborização urbana e restauração da vegetação nativa, contribuindo para a proteção dos recursos hídricos, aumento da resiliência climática e melhoria da qualidade ambiental.

13.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

BIOECONOMIA, ECONOMIA VERDE E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

A conservação ambiental deve caminhar ao lado da geração de renda, da inovação e da valorização dos recursos naturais, criando oportunidades para quem vive e produz em Rondônia.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a sociobioeconomia

Conduzir políticas públicas de assistência técnica, capacitação e incentivo às atividades produtivas desenvolvidas por povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e demais populações tradicionais, reforçando cadeias produtivas sustentáveis, agroecologia, agricultura de baixo carbono, manejo florestal responsável e bioeconomia.

2 Incentivar a economia sustentável

Estimular modelos produtivos baseados na economia circular, eficiência energética, consumo consciente, inovação tecnológica e utilização responsável dos recursos naturais, consolidando cadeias produtivas ambientalmente sustentáveis.

3 Estimular instrumentos econômicos sustentáveis

Fortalecer mecanismos como pagamento por serviços ambientais, financiamento verde, mercado de carbono, bioeconomia, ecoturismo e outras iniciativas capazes de impulsionar conservação ambiental aliada ao desenvolvimento econômico.

13.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIÊNCIA E CONHECIMENTO

A construção de uma cultura de sustentabilidade depende da educação, da pesquisa científica e da disseminação do conhecimento ambiental junto à sociedade.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a educação ambiental nas escolas

Implementar programas permanentes de educação ambiental na rede pública de ensino, estimulando ações voltadas à reciclagem, preservação dos recursos naturais, hortas escolares, arborização, redução da geração de resíduos, uso consciente da água e da energia e conscientização sobre mudanças climáticas.

2 Expandir a educação ambiental comunitária

Ampliar ações de educação ambiental voltadas às comunidades urbanas e rurais, incentivando hortas comunitárias, coleta seletiva, mutirões de limpeza, arborização urbana e utilização de plataformas digitais para disseminação de práticas sustentáveis.

3 Implantar o Centro Estadual de Pesquisa e Observação da Biodiversidade

Estruturar um Centro Estadual de Pesquisa integrado a observatórios científicos e ao Aquário da Amazônia, destinado ao monitoramento, pesquisa, preservação e divulgação da biodiversidade de Rondônia, reunindo informações sobre fauna, flora e recursos naturais, fortalecendo a ciência, a educação ambiental, o turismo científico e a inovação.

13.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E RESILIÊNCIA AMBIENTAL

As mudanças climáticas exigem planejamento de longo prazo e atuação integrada entre diferentes instituições para reduzir riscos, proteger os recursos naturais e aumentar a capacidade de adaptação do Estado.

PROPOSTAS

1 Ampliar a cooperação institucional para enfrentamento das mudanças climáticas

Estreitar a articulação entre Estado, municípios, Governo Federal, instituições de pesquisa, iniciativa privada e organismos nacionais e internacionais para desenvolver ações voltadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas, inovação tecnológica, financiamento climático e fortalecimento das políticas públicas ambientais.

13.6 DIRETRIZ ESTRATÉGICA VI

PROTEÇÃO DA FAUNA, BEM-ESTAR ANIMAL E BIODIVERSIDADE

A proteção da fauna e o bem-estar animal constituem componentes essenciais da política ambiental, contribuindo para a conservação da biodiversidade, a saúde pública e a conscientização da sociedade.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a política estadual de proteção animal

Expandir a política estadual de proteção e bem-estar animal mediante a estruturação de unidades especializadas de atendimento médico-veterinário, reforço das ações de castração de cães e gatos, prevenção e combate aos maus-tratos, proteção da fauna silvestre e desenvolvimento de programas permanentes de educação ambiental voltados à conservação da biodiversidade e ao enfrentamento do tráfico de animais.

EIXO 14

14

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADANIA

FRENTES E DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

- 01 Gestão de Pessoas, Valorização do Servidor e Desenvolvimento Institucional
- 02 Modernização da Gestão Pública e Eficiência Administrativa
- 03 Governo Digital, Ciência, Tecnologia e Inovação
- 04 Transparência, Integridade e Governança Pública
- 05 Atendimento ao Cidadão e Simplificação dos Serviços Públicos

EIXO 14

MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Uma administração pública moderna, eficiente e orientada por resultados constitui o principal instrumento para transformar recursos públicos em serviços de qualidade para a população. O reforço da governança, da responsabilidade fiscal, da transparência e da inovação administrativa permite que o Estado atue de forma mais ágil, reduzindo desperdícios, racionalizando despesas e ampliando sua capacidade de investimento nas áreas essenciais.

A organização administrativa do Estado deve acompanhar a evolução das políticas públicas e as novas demandas da sociedade. Nesse contexto, torna-se indispensável promover uma gestão integrada, baseada no planejamento estratégico, na transformação digital, na simplificação de processos e na melhoria contínua dos serviços prestados ao cidadão.

Embora Rondônia tenha avançado em diversos aspectos administrativos, ainda existem desafios relacionados à sobreposição de competências entre órgãos públicos, excesso de burocracia, necessidade de atualização da estrutura administrativa, aperfeiçoamento da gestão de pessoas e reforço dos mecanismos de governança institucional.

A racionalização da máquina pública não deve ser compreendida apenas como redução de estruturas administrativas, mas como instrumento de aumento da eficiência, melhoria da qualidade dos serviços públicos e otimização da aplicação dos recursos públicos, assegurando maior capacidade de investimento nas áreas prioritárias do Estado.

Nosso compromisso é entregar uma administração pública atual, transparente, ágil, inovadora e orientada por resultados, reforçando a capacidade institucional do Estado e assegurando que cada recurso público seja aplicado com responsabilidade, planejamento e foco na melhoria da qualidade de vida da população.

14.1 DIRETRIZ ESTRATÉGICA I

GESTÃO DE PESSOAS, VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A valorização dos servidores públicos constitui um dos pilares da renovação administrativa. O reforço das carreiras, a qualificação permanente e a melhoria das condições de trabalho são fundamentais para elevar a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

PROPOSTAS

1 Valorizar e estruturar as carreiras de Estado

Realizar estudos técnicos destinados ao aperfeiçoamento das carreiras públicas, promovendo atualização das estruturas remuneratórias, revisão dos planos de carreira, reforço da valorização profissional e desenvolvimento funcional, observando a responsabilidade fiscal e a legislação vigente.

2 Criar a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Instituir órgão central responsável pela formulação das políticas estaduais de gestão de pessoas, planejamento da força de trabalho, desenvolvimento institucional, capacitação e modernização da administração de recursos humanos.

3 Fortalecer o diálogo institucional com as entidades representativas

Instituir uma mesa permanente de diálogo entre Governo e representantes dos servidores públicos para construção de soluções relacionadas às carreiras, desenvolvimento funcional, previdência, condições de trabalho e valorização profissional.

4 Modernizar os ambientes de trabalho

Promover investimentos destinados à melhoria da infraestrutura física e tecnológica dos órgãos públicos, garantindo ambientes seguros, acessíveis, ergonômicos e adequados ao desempenho das atividades institucionais.

5 Fortalecer a cultura organizacional

Implementar programas permanentes de desenvolvimento institucional, liderança, inovação e gestão pública, estimulando a melhoria contínua dos serviços públicos.

6 Modernizar os processos de Recursos Humanos

Digitalizar os processos administrativos de gestão de pessoas mediante implantação de sistemas integrados para folha de pagamento, controle funcional, férias, licenças e demais rotinas administrativas.

7 Aprimorar o Portal do Servidor

Disponibilizar ferramentas digitais de autoatendimento que permitam aos servidores acessar informações funcionais, solicitar serviços administrativos e acompanhar processos eletronicamente.

8 Implementar gestão por competências

Estruturar modelo de gestão baseado no desenvolvimento de competências técnicas, gerenciais e comportamentais alinhadas aos objetivos estratégicos da administração pública.

9 Modernizar a avaliação de desempenho

Implantar sistemas transparentes de avaliação funcional baseados em indicadores objetivos, metas institucionais e desenvolvimento profissional.

10 Fortalecer a capacitação permanente

Ampliar programas de formação continuada, aperfeiçoamento técnico e desenvolvimento gerencial para os servidores públicos.

11 Promover qualidade de vida no trabalho

Executar programas permanentes voltados à saúde ocupacional, saúde mental, assistência psicossocial, atividades físicas e bem-estar dos servidores.

14.2 DIRETRIZ ESTRATÉGICA II**MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA**

A modernização da administração pública exige revisão permanente dos processos, utilização de tecnologias e fortalecimento da governança para aumentar a agilidade do Estado.

PROPOSTAS**1 Realizar a Reforma Administrativa**

Impulsionar estudos técnicos destinados à revisão da estrutura administrativa estadual, racionalizando competências, reduzindo sobreposições de funções e fortalecendo a agilidade governamental.

2 Implantar gestão orientada por resultados

Fortalecer modelo de gestão baseado em planejamento estratégico, indicadores de desempenho, monitoramento permanente e avaliação das políticas públicas.

3 Modernizar processos administrativos

Expandir a utilização do Processo Eletrônico Nacional (PEN) e demais sistemas digitais, simplificando fluxos administrativos, reduzindo custos operacionais e aumentando a produtividade da administração pública.

14.3 DIRETRIZ ESTRATÉGICA III

GOVERNO DIGITAL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A transformação digital representa uma oportunidade para tornar o Estado mais eficiente, estender o acesso aos serviços públicos e reforçar a inovação como instrumento de desenvolvimento.

PROPOSTAS

1 Implementar a Transformação Digital do Estado

Expandir a digitalização dos serviços públicos mediante utilização de plataformas eletrônicas, inteligência artificial, computação em nuvem, integração de sistemas e ampliação do atendimento digital ao cidadão.

2 Criar a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Instituir órgão responsável pela formulação das políticas estaduais de ciência, tecnologia, inovação, transformação digital e inteligência artificial, promovendo integração entre governo, universidades, centros de pesquisa e setor produtivo.

14.4 DIRETRIZ ESTRATÉGICA IV

TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E GOVERNANÇA PÚBLICA

A confiança da sociedade nas instituições depende de uma gestão ética, transparente e comprometida com a boa aplicação dos recursos públicos.

PROPOSTAS

1 Fortalecer a transparência, a governança e a integridade pública

Expandir os mecanismos de transparência ativa, firmar os programas de integridade, aperfeiçoar os controles internos e consolidar boas práticas de governança, assegurando maior eficiência administrativa e confiança da sociedade na gestão pública.

14.5 DIRETRIZ ESTRATÉGICA V

ATENDIMENTO AO CIDADÃO E SIMPLIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

A atualização administrativa somente produz resultados quando melhora a experiência do cidadão na relação com o Estado. O Governo atuará para simplificar o acesso aos serviços públicos, reduzir burocracias e elevar a qualidade do atendimento prestado à população.

PROPOSTAS

1 Implantar a Política Estadual de Simplificação dos Serviços Públicos

Promover a revisão permanente dos serviços prestados pelo Estado, simplificando procedimentos, reduzindo exigências burocráticas, ampliando os canais digitais de atendimento e reforçando a cultura da agilidade, da inovação e da centralidade no cidadão.

2 Integrar os canais de atendimento ao cidadão

Desenvolver uma plataforma estadual integrada de atendimento presencial e digital, reunindo informações, protocolos e serviços públicos em ambiente único, expandindo a acessibilidade, reduzindo o tempo de resposta e facilitando o relacionamento entre a população e a administração pública.

AÇÃO IMEDIATA

100

PLANO TÁTICO 100 PRIMEIROS DIAS

Do compromisso à execução, desde o primeiro dia de governo

Ações organizadas em três blocos, cada uma com entrega verificável, responsável definido e prestação de contas pública

COLIGAÇÃO: RONDÔNIA, COM A FORÇA DO TRABALHO E DA UNIÃO

AÇÃO IMEDIATA

O PLANO TÁTICO

O Plano Tático organiza os compromissos deste Plano de Governo em ações para os primeiros 100 dias, distribuídas em três blocos de trabalho. Cada ação traz uma entrega verificável, com responsável definido e prestação de contas pública. A linha de base é a situação do Estado em 2026.

Linha de base: RONDÔNIA 2026, O PONTO DE PARTIDA

BLOCO I

ORGANIZAR O GOVERNO E FORTALECER A CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

5 ações com entrega verificável

BLOCO II

CONHECER A REALIDADE E COLOCAR AS PRIORIDADES EM EXECUÇÃO

9 ações com entrega verificável

BLOCO III

PREPARAR RONDÔNIA PARA CRESCER E ENTREGAR MELHOR

5 ações com entrega verificável

PLANO TÁTICO

OS PRIMEIROS 100 DIAS DE GOVERNO

BLOCO I

ORGANIZAR O GOVERNO E FORTALECER A CAPACIDADE DE EXECUÇÃO

Os primeiros 100 dias de governo serão decisivos para colocar Rondônia em uma nova trajetória. Será um período de muito trabalho, dedicado a conhecer com precisão a realidade do Estado, organizar a gestão, definir prioridades e iniciar as ações necessárias para enfrentar os problemas mais urgentes e os desafios estruturais.

Não haverá espaço para improvisação. Vamos fazer um diagnóstico completo das contas, contratos, obras, serviços e estruturas do Governo, identificando desperdícios, gargalos e riscos que comprometem a capacidade do Estado de atender bem à população e voltar a investir.

Mais do que diagnosticar, vamos agir. Cada prioridade deste Plano de Governo será transformada em um plano de execução, com responsáveis, metas, prazos, indicadores e recursos definidos. Saúde, educação, segurança, infraestrutura e desenvolvimento econômico terão ações concretas iniciadas já nos primeiros meses.

Ao final dos primeiros 100 dias, Rondônia terá um governo organizado, com planejamento, prioridades claras e as principais entregas em andamento.

Organizar o Governo e fortalecer sua capacidade de execução é criar, desde o início, as condições para fazer o básico funcionar, enfrentar as urgências, destravar o que está parado e colocar as prioridades de Rondônia em movimento.

01 **INSTALAR O SISTEMA ESTADUAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO POR RESULTADOS**

Centro de Governo • Sala Rondônia 2030 • Monitoramento Estratégico • Integração das Secretarias

Criar estrutura de coordenação diretamente vinculada ao Governador para acompanhar as prioridades estratégicas, integrar Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Controle e secretarias finalísticas, antecipar riscos, remover entraves e acelerar decisões necessárias à execução das políticas públicas.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Decreto de governança publicado; Centro de Governo e Sala Rondônia 2030 instalados; carteira inicial de prioridades definida; rotina semanal de resolução de entraves e revisão mensal de resultados estabelecidas.

02 **DEFINIR AS 30 PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO GOVERNO**

Selecionar, entre os compromissos assumidos neste Plano de Governo, até 30 prioridades considerando impacto para a população, urgência, viabilidade, capacidade de execução e abrangência territorial, concentrando atenção política, administrativa e orçamentária nas entregas consideradas estratégicas para o Estado.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Carteira pública das 30 prioridades, cada uma com responsável, linha de base, marco de 12 meses, meta para 2030, indicador de acompanhamento e fonte potencial de financiamento.

03 **DIMENSIONAR A CAPACIDADE FINANCEIRA E DE INVESTIMENTO DO ESTADO**

Planejamento Financeiro 2027-2030

Consolidar e revisar receitas, despesas obrigatórias, previdência, contratos, ativos, passivos e demais compromissos do Estado, projetando seu impacto entre 2027 e 2030 e dimensionando os recursos disponíveis para investimentos e expansão dos serviços públicos.

A análise deverá permitir compatibilizar as prioridades do Governo com a realidade orçamentária, antecipar riscos e obrigações e definir onde e em que ritmo o Estado poderá ampliar investimentos sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Cenário financeiro e de investimento 2027-2030 consolidado, com receitas, despesas e obrigações projetadas, riscos identificados e capacidade de investimento dimensionada para orientar as prioridades do Governo.

04 IMPLANTAR O PAINEL PÚBLICO DE RESULTADOS

Painel Rondônia 2030

Implantar instrumento público de acompanhamento das prioridades estratégicas do Governo, estabelecendo padrão único de metas, indicadores, cronogramas e evidências de execução.

O Painel Rondônia 2030 permitirá acompanhar a evolução das principais entregas, fortalecendo a transparência, a prestação de contas e a gestão orientada por resultados.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Versão inicial do Painel Rondônia 2030 disponível ao público, contendo as prioridades estratégicas, seus indicadores, responsáveis, metas e estágio de execução.

05 MAPEAR E CONTROLAR OS RISCOS DE INTEGRIDADE

Identificar preventivamente os principais riscos de integridade e de gestão nos processos críticos da administração estadual, priorizando compras públicas, obras, contratos, folha de pagamento, convênios, saúde, educação e patrimônio.

A atuação preventiva permitirá ao Governo corrigir vulnerabilidades antes que produzam prejuízo ao Estado, fortalecer os controles internos e ampliar a segurança das decisões administrativas.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Mapa dos processos de maior risco da administração estadual, acompanhado de matriz de riscos, medidas preventivas, responsáveis e sistema de monitoramento.

BLOCO II

CONHECER A REALIDADE E COLOCAR AS PRIORIDADES EM EXECUÇÃO

Com o método de governo instalado, os primeiros 100 dias também serão utilizados para transformar os principais desafios das políticas públicas em planos executivos. Segurança, saúde, educação, infraestrutura, saneamento, meio ambiente, habitação e produção terão diagnósticos objetivos, responsabilidades definidas e caminhos de execução estabelecidos.

06 DESTRAVAR A EXECUÇÃO DOS RECURSOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Realizar diagnóstico completo dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública destinados a Rondônia, identificando saldos disponíveis, projetos aprovados, contratos, entraves administrativos e condições efetivas de execução.

A medida permitirá acelerar a utilização dos recursos já disponíveis e fortalecer o planejamento dos investimentos estaduais em segurança pública.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Diagnóstico integral dos recursos disponíveis, identificação dos entraves e plano executivo para ampliar sua aplicação, com cronograma, responsáveis e providências necessárias.

07 IMPLANTAR O PLANO INTEGRADO DE REDUÇÃO DO FEMINICÍDIO

Integrar segurança pública, saúde, assistência social, educação, sistema de Justiça e municípios em uma estratégia estadual de prevenção e de enfrentamento da violência contra as mulheres, com atenção especial aos casos de maior risco.

A política organizará informações, protocolos de atendimento e mecanismos de resposta, permitindo identificar situações de risco com maior antecedência e ampliar a proteção às vítimas.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Protocolo integrado de atuação, mapa regional de risco, definição dos fluxos de atendimento e estabelecimento de metas anuais de prevenção, proteção e resposta.

08 MOBILIZAR A SAÚDE PARA FAZER AS FILAS ANDAREM

Realizar, nos primeiros 100 dias, uma força-tarefa estadual para enfrentar as principais filas da saúde, começando pela consolidação das informações sobre regulação, consultas especializadas, exames, cirurgias, Tratamento Fora de Domicílio (TFD) e demais procedimentos de maior demanda.

O primeiro movimento será conhecer com precisão quem está esperando, por qual atendimento, há quanto tempo e em qual região do Estado. Ao mesmo tempo, será levantada a capacidade disponível da rede, identificando serviços ociosos ou subutilizados, gargalos de regulação, limitações de equipes e equipamentos e possibilidades de ampliação imediata dos atendimentos.

Com essas informações, o Governo deverá mobilizar a rede e colocar em execução um plano de enfrentamento das filas prioritárias, reorganizando fluxos, ampliando a capacidade onde for possível, concentrando esforços sobre as situações mais críticas e adotando medidas específicas para reduzir a demanda represada.

Não basta conhecer o tamanho da fila. É preciso transformar informação em atendimento e fazer a fila andar. Os primeiros 100 dias deverão marcar o início desse movimento, com prioridades claras, acompanhamento permanente e resultados mensuráveis para a população.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Força-tarefa estadual de enfrentamento das filas implantada, com linha de base das principais demandas da saúde, pacientes e tempos de espera identificados, capacidade de atendimento mapeada, prioridades definidas e plano de redução das filas prioritárias em execução, com monitoramento dos atendimentos realizados e da evolução dos tempos de espera.

09 PACTUAR O PLANO ESTADUAL MATERNO-INFANTIL COM OS MUNICÍPIOS

Utilizar os indicadores de pré-natal, gestação de risco, prematuridade, mortalidade materna e infantil e capacidade neonatal para reorganizar o fluxo de atendimento da gestante e do recém-nascido em todo o Estado.

A estratégia deverá fortalecer a regionalização da assistência, a identificação precoce das gestações de risco e a capacidade de resposta fora da capital.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Pacto estadual com responsabilidades definidas, metas por região, fluxos assistenciais e plano de ampliação e qualificação da capacidade materno-infantil e neonatal.

10 **RECUPERAR E AMPLIAR A CAPACIDADE DE ATENDIMENTO DA SAÚDE**

Realizar uma revisão das principais unidades da rede estadual para identificar onde faltam serviços, leitos, equipes, equipamentos e capacidade de atendimento, além dos gargalos que impedem a estrutura existente de funcionar plenamente.

A partir desse levantamento, colocar em execução medidas para recuperar serviços, ampliar atendimentos e reorganizar a capacidade da rede, priorizando as necessidades mais urgentes da população. Reformas, ampliações e novas unidades deverão ser definidas a partir da demanda real de cada região.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Plano de recuperação e ampliação da capacidade de atendimento em execução, com unidades prioritárias, gargalos identificados, medidas imediatas iniciadas e necessidades de expansão da rede definidas.

11 **ESTRUTURAR A GOVERNANÇA DAS AQUISIÇÕES DA EDUCAÇÃO**

Transformar os achados e recomendações dos órgãos de controle em medidas permanentes de planejamento, prevenção de riscos e acompanhamento das compras e contratações da Secretaria de Estado da Educação.

A iniciativa reduzirá improvisações, aumentar a previsibilidade das aquisições e fortalecer a estrutura da SEDUC para planejar suas necessidades com antecedência.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Comitê de governança instituído, Plano Anual de Contratações estruturado, matriz de riscos definida e cronograma de implantação do sistema de acompanhamento.

12 **REALIZAR O INVENTÁRIO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR**

Realizar levantamento completo das unidades escolares estaduais, classificando-as de acordo com condição predial, climatização, conectividade, acessibilidade, segurança, equipamentos e necessidade de manutenção ou intervenção estrutural.

O diagnóstico permitirá substituir ações dispersas por uma carteira de investimentos definida a partir da necessidade real de cada escola.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Mapa georreferenciado da infraestrutura escolar e classificação das intervenções prioritárias para o período 2027 a 2030.

13 INVENTARIAR 100% DA MALHA RODOVIÁRIA E DAS PONTES ESTADUAIS

Construir base georreferenciada contendo a condição das rodovias e pontes estaduais, volume e natureza do tráfego, criticidade econômica, riscos estruturais e importância de cada corredor para o deslocamento da população e o escoamento da produção.

O levantamento será utilizado para estabelecer critérios objetivos de manutenção, recuperação, pavimentação e novos investimentos.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Índice Estadual de Condição Rodoviária, inventário das pontes e carteira hierarquizada dos corredores e intervenções prioritárias.

14 CRIAR O MAPA DAS CADEIAS PRODUTIVAS POR TERRITÓRIO

Mapear as principais cadeias produtivas de cada região de Rondônia, cruzando produção, assistência técnica, estradas, energia, crédito, armazenamento, agroindustrialização, logística e acesso aos mercados.

O objetivo será identificar onde o Estado pode remover gargalos e gerar maior impacto econômico sobre a produção, a renda e a agregação de valor.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Matriz territorial das cadeias produtivas prioritárias, com identificação dos principais gargalos de infraestrutura, assistência, financiamento, processamento e mercado.

BLOCO III

PREPARAR RONDÔNIA PARA CRESCER E ENTREGAR MELHOR

Os primeiros 100 dias também deverão preparar o Estado para um novo ciclo de desenvolvimento. Isso exige remover barreiras ao investimento, ampliar mercados, conhecer melhor as oportunidades do turismo, identificar territorialmente as vulnerabilidades sociais, acelerar a transformação digital e assegurar que o Governo disponha das competências necessárias para executar seus projetos.

15 LEVANTAR OS MAIORES GARGALOS DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Realizar levantamento junto às empresas, municípios, Junta Comercial, Fazenda, órgãos ambientais e entidades representativas do setor produtivo para identificar procedimentos que geram maior demora, retrabalho, custo ou insegurança para quem deseja investir e produzir em Rondônia.

A simplificação será orientada por evidências, priorizando os obstáculos que efetivamente comprometem a competitividade do Estado.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Ranking dos principais gargalos do ambiente de negócios, com plano de simplificação, responsáveis e metas de redução de tempo e retrabalho.

16 ORGANIZAR A ESTRATÉGIA DE AMPLIAÇÃO DA BASE EXPORTADORA

Identificar empresas e cadeias produtivas com potencial de ingresso ou expansão no comércio exterior e articular Estado, Governo Federal, entidades empresariais, Sebrae e Invest Rondônia para apoiar sua preparação e internacionalização.

A estratégia ampliará o número de empresas exportadoras, diversificar produtos e mercados e aumentar o valor agregado das exportações rondonienses.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Carteira de empresas e cadeias com potencial exportador, mercados prioritários identificados e trilha de internacionalização com instrumentos de apoio definidos.

17 INSTALAR O OBSERVATÓRIO DO TURISMO DE RONDÔNIA

Criar sistema permanente de inteligência turística para conhecer o perfil dos visitantes, origem, permanência, gasto médio, ocupação, geração de emprego e desempenho das diferentes regiões turísticas do Estado.

A produção contínua de dados permitirá orientar investimentos, promoção dos destinos e decisões do setor público e da iniciativa privada.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Metodologia estadual de acompanhamento definida, painel de indicadores implantado e primeiro boletim de inteligência turística publicado.

18 CRIAR O MAPA ÚNICO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Integrar informações da assistência social, saúde, educação, segurança alimentar, violência, deficiência e demais indicadores relevantes para identificar territorialmente onde estão as populações mais vulneráveis e quais serviços públicos estão disponíveis em cada região.

O instrumento permitirá direcionar políticas públicas com maior precisão e melhorar a integração da rede de proteção social.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Painel estadual de vulnerabilidade por município e território, associado ao mapa da rede pública disponível para atendimento da população.

19 PRIORIZAR OS SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS MAIS UTILIZADOS

Identificar os serviços públicos de maior demanda e medir volume de utilização, tempo de atendimento, abandono, satisfação do usuário e necessidade de comparecimento presencial.

A transformação digital será orientada pela experiência real do cidadão, priorizando serviços de maior impacto e preservando canais assistidos para quem necessitar de atendimento presencial.

ENTREGA VERIFICÁVEL

Lista dos serviços prioritários, com diagnóstico de jornada do usuário e metas de digitalização ponta a ponta, simplificação e redução do tempo de atendimento.

AO FINAL DOS 100 DIAS

Ao final desse primeiro ciclo, Rondônia deverá ter um governo organizado para executar, prioridades claras e ações concretas em andamento nos problemas que mais afetam a vida da população.

Na saúde, fazer as filas começarem a andar e recuperar capacidade de atendimento. Na infraestrutura, enfrentar os gargalos mais urgentes. Na educação, agir sobre as necessidades das escolas e dos estudantes. Na economia, melhorar as condições para quem produz, trabalha, empreende e gera oportunidades.

Os primeiros 100 dias deverão dar ao Governo ritmo, direção e capacidade de execução, com responsáveis definidos, recursos dimensionados, obstáculos identificados e acompanhamento permanente das principais entregas.

Rondônia tem força para avançar. O papel do Governo é responder com a mesma força: organizar, decidir, executar e fazer o resultado chegar às pessoas.

ENCERRAMENTO

Este Plano de Governo é o compromisso com uma gestão pública atual, responsável, transparente e orientada por resultados. Mais do que um conjunto de propostas, ele expressa uma visão de futuro construída a partir do diálogo com a sociedade, da compreensão dos desafios de Rondônia e da convicção de que o desenvolvimento somente faz sentido quando melhora, de forma concreta, a vida das pessoas.

Ao longo deste documento apresentamos diretrizes e ações para fortalecer a segurança pública, ampliar o acesso à saúde, elevar a qualidade da educação, impulsionar inclusão social, estimular a geração de emprego e renda, modernizar a infraestrutura, incentivar a produção, preservar o meio ambiente, reforçar a cultura, o esporte, o turismo, a inovação e reforçar uma administração pública mais eficiente, transparente e preparada para os desafios do futuro.

Governaremos com planejamento, responsabilidade fiscal, segurança jurídica, inovação e agilidade administrativa, para que cada recurso público seja aplicado com responsabilidade e chegue como entrega à população. Governar bem significa transformar planejamento em ação, investimentos em oportunidades e políticas públicas em melhoria da qualidade de vida para cada cidadão rondoniense.

Também acreditamos que nenhum governo transforma um Estado sozinho. O desenvolvimento de Rondônia exige diálogo permanente, cooperação institucional e trabalho conjunto entre Estado, municípios, Governo Federal, setor produtivo, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e toda a população. A construção de soluções duradouras depende da participação de todos aqueles que acreditam no potencial do nosso Estado.

Rondônia reúne condições únicas para liderar um novo ciclo de desenvolvimento. Somos um Estado jovem, empreendedor, com enorme potencial econômico, riqueza ambiental incomparável, diversidade cultural, capacidade produtiva e uma população trabalhadora que construiu sua história superando desafios e criando oportunidades. É sobre esses pilares que pretendemos construir um futuro de prosperidade, inclusão e desenvolvimento sustentável.

Nosso governo será pautado pela ética, pela transparência, pelo respeito às instituições e pela busca permanente da eficiência. Trabalharemos para fortalecer a confiança da sociedade na administração pública, aproximar o Estado das pessoas e garantir que cada política pública produza resultados concretos na vida da população.

Este Plano de Governo é um compromisso com as presentes e as futuras gerações. Um compromisso de cuidar das pessoas, valorizar quem produz, proteger o patrimônio ambiental, abrir oportunidades para a juventude, reforçar os municípios e preparar Rondônia para os desafios de um mundo cada vez mais inovador, competitivo e sustentável.

Nosso propósito é construir um Estado mais seguro, mais justo, mais moderno e mais próspero, onde o desenvolvimento econômico caminhe ao lado da inclusão social, da responsabilidade ambiental e da boa gestão pública. Um Estado que ofereça oportunidades para quem deseja empreender, produzir, trabalhar, estudar, investir e viver com dignidade.

Esse é o compromisso que assumimos com cada cidadão rondoniense: governar com responsabilidade, diálogo, agilidade e dedicação, colocando as pessoas no centro das decisões e trabalhando todos os dias para fazer de Rondônia uma referência nacional em desenvolvimento, qualidade de vida e gestão pública.

Porque acreditamos que o futuro de Rondônia não será definido pelas dificuldades que enfrentamos, mas pela capacidade que teremos de construir, juntos, um Estado cada vez mais forte, mais humano e preparado para as próximas gerações.

Porto Velho, 04 de agosto de 2026.

HILDON DE LIMA CHAVES

CANDIDATO AO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

ELCIRONE MOREIRA DEIRÓ

CANDIDATO A VICE-GOVERNADOR



DE SUL A NORTE.
RONDÔNIA MAIS FORTE.

HILDON CHAVES | CIRONE DEIRÓ

COLIGAÇÃO: RONDÔNIA, COM A FORÇA DO TRABALHO E DA UNIÃO
FEDERAÇÃO UNIÃO PROGRESSISTA E REPUBLICANOS